



REDE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 61.584.140/0001-49

NIRE nº 35.300.029.780

Companhia Aberta

São Paulo, 20 de abril de 2012

Aos Srs. Acionistas da **REDE ENERGIA S.A.**

PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia vem submeter as seguintes propostas à apreciação de V.Sas., reunidos em Assembléia Geral Ordinária, conforme Edital de Convocação abaixo transcrito:

**“EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 30 de abril de 2012, às 10 horas, na sede social, na Avenida Paulista nº 2439 – 5º andar, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Exame, discussão e aprovação das Contas dos Administradores, do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2011;
- b) Aprovação da destinação do resultado relativo ao exercício de 2011;
- c) Eleição dos integrantes do Conselho de Administração;
- d) Eleição e fixação da remuneração dos integrantes do Conselho Fiscal; e
- e) Fixação da remuneração dos administradores para o exercício de 2012.



Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia e no seu endereço eletrônico www.redenergia.com/investidores, bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&Fbovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (www.bmfbovespa.com.br).

Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de comprovação de sua identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. A representação por procuração deverá obedecer às determinações do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76; e (iii) extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pela entidade administradora da custódia fungível de ações da Companhia.”

Para facilitar a consulta e o manuseio, a administração da Companhia consolida, neste documento, todas as informações e documentos que devam ser disponibilizados a V.Sas., quais sejam:

| Nº | Informação e/ou Documento |
|-----------|--|
| 1. | Comentários dos Administradores |
| 2. | Destinação dos Resultados (pro forma) |
| 3. | Eleição de integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal |
| 4. | Remuneração dos Administradores |

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A REDE ENERGIA S.A. ("REDE ENERGIA") é uma *holding* onde são consolidadas as informações financeiras das empresas por ela controladas direta e indiretamente, sendo nove distribuidoras de energia elétrica, uma geradora, uma comercializadora de energia, uma prestadora de serviços, uma empresa de bio energia e duas outras holdings, conforme abaixo:

IMPORTANTE: A REDE ENERGIA divulga seus demonstrativos contábeis como *holding*, apresentando seus resultados isoladamente e também na forma consolidada. Por isso, e para se evitar quaisquer equívocos quando da leitura deste Formulário, distinguiremos as duas formas de divulgação. Assim, quando estivermos discutindo informações sobre a REDE ENERGIA no papel de *holding*, isoladamente, utilizaremos o termo "REDE COMPANHIA", e quando estivermos nos referindo aos resultados consolidados, a denominação será "REDE CONSOLIDADO".

Distribuidoras:

Caiuá Distribuição de Energia S.A. ("CAIUÁ")
Centrais Elétricas do Pará S.A. ("CELPA")
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. ("CEMAT")
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins ("CELTINS")
Cia Força e Luz do Oeste ("CFLO")
Cia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE")
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. ("EDEV")
Empresa Elétrica Bragantina S.A. ("EEB")
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul ("ENERSUL")

A REDE COMPANHIA utiliza o nome REDE SUL/SE para designar a unidade de negócio formada pela combinação de cinco distribuidoras, que atuam nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil: CAIUÁ, EDEV, EEB, CNEE e CFLO.

Geradora:

Tangará Energia S.A. ("TANGARÁ")

Outros serviços:

Rede Comercializadora de Energia S.A. ("REDECOM")
Rede Eletricidade e Serviços S.A. ("REDESERV")

Bio Energia:

Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A. ("VALE DO VACARIA")¹

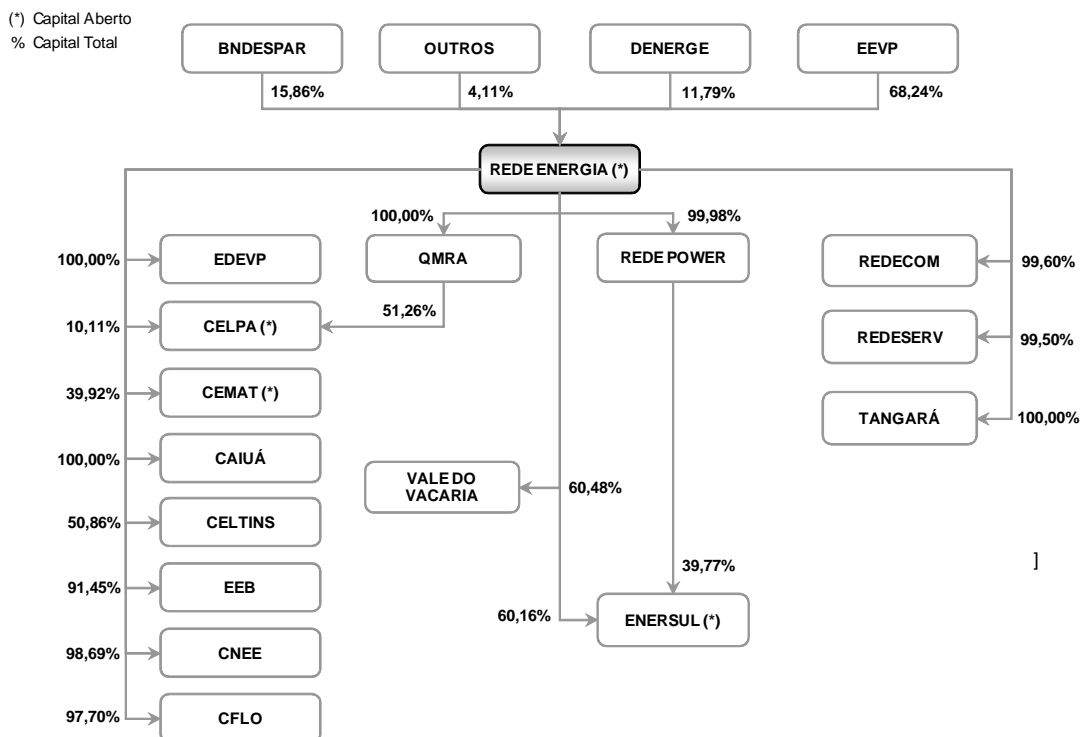
Holdings:

QMRA Participações S.A. ("QMRA")
Rede Power do Brasil S.A. ("REDE POWER")

¹ Trata-se de um estudo de viabilidade na área de bio energia, ainda sob análise.

Estrutura Societária

A REDE ENERGIA encerrou o semestre findo em 31 de dezembro de 2011 com a seguinte estrutura societária:



Substancialmente todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro reduziu de 0,3% em 2009, um aumento de 7,5% em 2010 e um aumento de 2,7% em 2011². A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) foi de 8,65% em 2009, 10,67% em 2010 e 10,91% em 2011.

A distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento das economias nos Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos. O consumo de energia nos Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul aumentou em média 5,4% (Pará), 8,7% (Tocantins), 4,8% (Mato Grosso) e 6,3% (Mato Grosso do Sul) ao ano, de 2007 a 2011. Em nossas concessionárias da região Norte e Centro Oeste teve um aumento

² Fonte: http://www.suapesquisa.com/geografia/economia_brasileira.htm

maior do que a média nacional de consumo elétrico, que foi de 3,3% de 2007 a 2011. Além disso, a REDE ENERGIA acredita que esses estados possuem um significativo potencial para desenvolvimento econômico que, a seu ver, se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo os Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$87,3 bilhões, dos quais R\$15,2 bilhões, R\$21,3 bilhões, R\$37,1 bilhões e R\$13,7 bilhões estão previstos para investimentos nos Estados do Tocantins, Mato Grosso, Pará e Mato Grosso do Sul, respectivamente, distribuídos nos setores de logística, energia, social e urbano.

Histórico e Síntese do Desempenho Financeiro e Patrimonial da Companhia

A REDE ENERGIA COMPANHIA, como já comentado anteriormente, é uma *holding* não operacional e, portanto, sua receita é oriunda de equivalência patrimonial de sua participação em companhias de distribuição, geração, comercialização e serviços. Assim, os resultados operacionais mostrados a seguir referem-se a REDE ENERGIA CONSOLIDADO. Vale ainda ressaltar que o texto seguinte é uma breve explanação da situação financeira e patrimonial da REDE ENERGIA, uma vez que uma análise minuciosa dessa situação, inclusive a análise das variações dos resultados financeiros e patrimoniais, está detalhadamente descrita a partir do item 10.1 (d) deste Formulário.

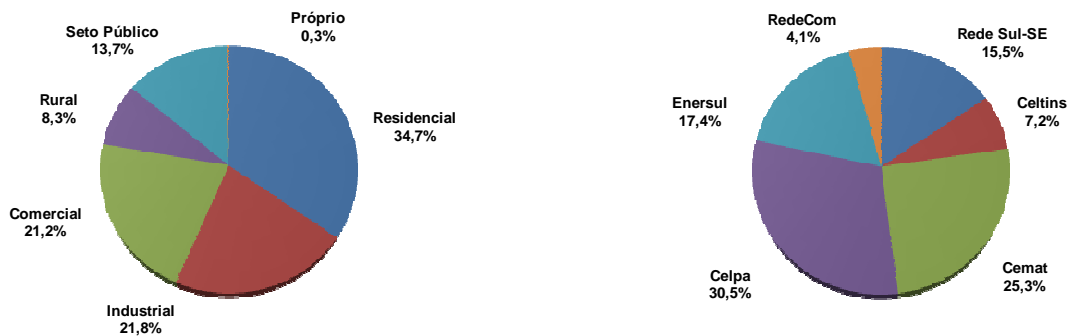
Evolução dos Principais Resultados Financeiros e Patrimoniais da REDE ENERGIA CONSOLIDADO

| Valores em R\$ mil | 2.007 | 2.008 | 2.009 | 2.010 | 2.011 | Var.% 2010-2011 | CAGR % 2007-2011 |
|------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|--------------------|---------------------|
| Vendas em GWh | 14.038 | 15.995 | 18.405 | 19.788 | 20.748 | 4,9% | 10,3% |
| Número de consumidores | 3.348.414 | 4.242.604 | 4.493.030 | 4.704.354 | 4.921.538 | 4,6% | 10,1% |
| Receita operacional bruta | 5.179.668 | 6.075.141 | 8.288.219 | 9.730.567 | 11.097.986 | 14,1% | 21,0% |
| Receita operacional líquida | 3.300.191 | 3.995.756 | 5.740.957 | 6.860.728 | 7.782.422 | 13,4% | 23,9% |
| EBITDA (1) | 1.026.162 | 993.963 | 1.229.527 | 1.231.309 | 1.467.789 | 19,2% | 9,4% |
| Margem Ebitda (%) (2) | 31,1% | 24,9% | 21,4% | 17,9% | 18,9% | 5,1% | -11,7% |
| Lucro (prejuízo) líquido | 28.670 | 179.169 | 8.282 | (368.845) | (688.035) | 86,5% | |
| Dívida financeira líquida (3) | 2.650.497 | 3.908.549 | 4.444.420 | 5.109.121 | 5.747.196 | 12,5% | 21,3% |
| Dívida financeira líquida / EBITDA | 2,6 | 3,9 | 3,6 | 4,1 | 3,9 | -5,6% | 11,0% |
| Patrimônio líquido | 766.790 | 1.108.177 | 2.434.026 | 2.649.565 | 1.888.645 | -28,7% | 25,3% |
| Índice de endividamento (4) | 77,6% | 77,9% | 64,6% | 65,9% | 75,3% | 14,3% | -0,7% |

A receita operacional bruta da REDE ENERGIA CONSOLIDADO é composta pela receita de fornecimento ao consumidor final, pela disponibilização de seu sistema de distribuição, pelo fornecimento de energia para revenda (suprimentos), receita de construção e outras receitas. Todos esses itens, juntos, resultou em uma receita bruta de R\$11.098,0 milhões durante o ano de 2011. Essas receitas, portanto, estão distribuídas da seguinte forma:

- (i) 78,4% são vendas ao consumidor final;
- (ii) 2,6% são receitas oriundas do uso da rede;
- (iii) 2,3% são receitas de vendas a outros fornecedores;
- (iv) 14,3% são receitas e construção (a receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS – normas contábeis internacionais – e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da REDE COMPANHIA, uma vez que o valor exato registrado na receita é também registrado nos custos, resultando em um efeito zero em seu resultado operacional); e
- (v) 2,4% são outras receitas.

Nos gráficos a seguir, o leitor poderá ver a abertura da receita bruta da REDE ENERGIA CONSOLIDADO obtida de seus consumidores finais, de duas formas: (i) abertura da receita por classe de consumo; e (ii) abertura da receita por companhia operacional. No primeiro gráfico, abaixo e à esquerda, vê-se que a classe de consumo predominante é a residencial, seguida pelas classes industrial e comercial. No segundo gráfico, abaixo e à direita, vê-se que a companhia responsável pela maior parte da receita bruta é a CELPA, seguida pelas companhias CEMAT e REDE SUL-SE (lembrando-se que a denominação REDE SUL-SE é um grupo de 5 companhias, conforme já explicado no Item 10.1 (a) deste Formulário.



A receita operacional bruta CONSOLIDADA, nos últimos cinco anos, cresceu a uma média anual de 21,0%, impulsionada pelo crescimento vegetativo populacional, pelos reajustes tarifários anuais e também pela aquisição da companhia de distribuição ENERSUL, no segundo semestre de 2008. Essa compra agregou uma receita de quase R\$2,0 bilhões aos resultados consolidados (valor anualizado em 31 de dezembro de 2011). Vale ressaltar que o crescimento vegetativo consolidado da REDE ENERGIA é algo em torno de 5% ao ano. Isso aponta para um setor bastante estável e com taxas de crescimento constantes.

Devido ao setor de energia elétrica necessitar de investimentos bastante agressivos, dada a complexidade das Regiões Norte e a extensão da Região Centro-Oeste, as companhias da REDE ENERGIA buscam constantemente financiamentos para seus projetos, uma vez que quase sempre, a geração operacional não é suficiente para tamanho nível de investimento. Essa é uma das principais razões do nível de endividamento da Companhia e de suas controladas, sobre o qual será comentado no parágrafo seguinte.

O índice de endividamento CONSOLIDADO tem se mantido estável nos últimos cinco anos (registrou-se um decréscimo médio anual de 0,7% nesse período), a despeito do aumento do endividamento financeiro líquido que, nesse mesmo período, registrou um crescimento médio anual de 21,3%, parte, devido a aquisição da distribuidora ENERSUL, que agregou uma dívida financeira líquida de R\$541,8 milhões ao consolidado (valor base 31 de dezembro de 2011) e parte devido ao nível de investimento requerido no setor de energia elétrica. Vale novamente ressaltar que a análise das variações das contas patrimoniais, incluindo-se a dívida financeira e o patrimônio líquido, estão detalhadamente descritas a partir do item 10.1 (d) deste Formulário.

O quadro abaixo apresenta alguns dos principais indicadores operacionais utilizados pela administração da REDE ENERGIA, para avaliação do desempenho operacional da Companhia (números consolidados). Não há um padrão para o setor, visto que cada uma das distribuidoras do Brasil possui a sua peculiaridade. O que interessa para a administração, neste caso, é a evolução ano a ano dos índices, a chamada análise horizontal.

| | 2.011 | 2.010 | 2.009 |
|--|-------|-------|-------|
| Consumidor por empregado | 638 | 660 | 691 |
| Consumo (MWh) por empregado | 2.689 | 2.776 | 2.830 |
| Consumo (MWh) por consumidor | 4,2 | 4,2 | 4,1 |
| Receita bruta (R\$ mil) por empregado | 1.438 | 1.365 | 1.274 |
| Receita bruta (R\$ mil) por consumidor | 2,3 | 2,1 | 1,8 |

Dos cinco índices acima, os dois primeiros registraram ligeiras quedas, uma vez que as companhias da REDE ENERGIA aumentaram seus quadros de funcionários ao longo dos anos. O terceiro índice manteve-se estável e os dois últimos apresentam melhoras, devido ao crescimento sempre constante da receita bruta, registrado nesses últimos anos. Como já dito anteriormente, uma análise mais detalhada dos resultados financeiros e patrimoniais está descrita a partir do Item 10.1 (d) deste Formulário.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O capital social da REDE COMPANHIA e da REDE CONSOLIDADO em 31 de dezembro de 2011 era de R\$1.344,0 milhões, integralmente realizado e dividido em 426.592 mil ações nominativas, escriturais, sem valor nominal, sendo 294.110 mil ações ordinárias e 132.482 mil ações preferenciais.

A REDE COMPANHIA poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral: a) emitir ações ordinárias e preferenciais ou criar classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classes existentes sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir, observado o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas para ações preferenciais sem voto ou com voto restrito, que poderão ser ou não resgatáveis e ter ou não valor nominal; b) aprovar o resgate de ações, observado o disposto no artigo 44, parágrafo 6º da Lei 6.404/1976, conforme alterada.

A REDE COMPANHIA está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 195.000 mil novas ações, ou seja, até o capital social ser representado por um máximo de 479.267 mil ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

A REDE COMPANHIA poderá, dentro do limite de capital autorizado no Parágrafo 1º acima e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à REDE COMPANHIA ou à sociedade sob seu controle.

A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência, ou ser reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

As ações são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos da legislação aplicável. A instituição financeira depositária poderá cobrar do acionista o custo de transferência de propriedade das ações, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso será o valor de patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembléia Geral ou com balanço especial, se for o caso e se solicitado, segundo os critérios 26.12.2008 de avaliação do ativo e do passivo fixados na legislação societária e os princípios contábeis geralmente aceitos.

Em 31 de dezembro de 2011, a REDE COMPANHIA apresentou a seguinte composição de capital: (i) 21,2% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo ativo total) e (ii) 78,8% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total). Já a REDE CONSOLIDADO apresentou a seguinte composição de capital nesse mesmo período: (i) 14,9% de capital próprio e (ii) 85,1% de capital de terceiros.

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da REDE COMPANHIA além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2011, a REDE COMPANHIA mantinha plena capacidade para pagamento de seus compromissos financeiros.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para capital de giro, as recentes (e relevantes) captações foram:

1. Bônus perpétuos, pela REDE COMPANHIA no valor de US\$575,0 milhões e custo de 11,125% ao ano, com pagamentos de juros trimestrais;
2. *Bonds* pela CELPA no montante de US\$250,0 milhões, ao custo de 10,50% ao ano e pagamento de juros semestrais;
3. Cédula de crédito bancário, pela ENERSUL, no valor de R\$80,0 milhões, ao custo de CDI + 3,5% ao ano, com pagamento de juros mensais; e
4. Três emissões de debêntures (2ª, 3ª e 4ª emissões), pela CEMAT, no valor total de R\$398,0 milhões, com custos entre CDI + 2,75% ao ano e CDI + 3,90% ao ano, com pagamento de juros mensais.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A REDE COMPANHIA e suas subsidiárias recorrerão ao mercado financeiro, por meio de instituições financeiras privadas, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro e investimentos.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O saldo da conta empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos da dívida da REDE COMPANHIA passou de R\$1.791,9 milhões em 2010 para R\$1.880,7 milhões em 2011, representando um aumento de 5,0% (R\$88,8 milhões), dos quais 58,9% são dívidas em moeda nacional e 41,1% em moeda estrangeira. Essa variação foi principalmente devida a aumento de 29,9% (R\$140,8 milhões) no saldo do capital de giro, parcial e positivamente compensado pela redução de R\$37,7 milhões no saldo líquido dos bônus perpétuos (saldo dos bônus menos marcação a mercado). O saldo desses empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos, líquido de caixa e equivalentes passou de R\$1.769,0 milhões em 2010 para R\$1.802,7 milhões em 2011, representando um aumento de 1,9% (R\$33,8 milhões).

O saldo da conta empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos de dívidas da REDE CONSOLIDADO passou de R\$6.195,6 milhões em 2010 para R\$6.726,1 milhões em 2011, representando um aumento de 8,6% (R\$530,5 milhões), dos quais 75,4% são dívidas em moeda

nacional e 24,6% em moeda estrangeira. Descontando-se as disponibilidades em caixa e sub-rogação CCC, o saldo líquido da conta empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos de dívidas passou R\$5.109,1 milhões em 2010 para R\$5.747,2 milhões em 2011, representando um aumento de 12,5% (R\$638,1 milhões).

No quadro a seguir está o histórico de três anos do índice de endividamento financeiro líquido da REDE CONSOLIDADO, resultado da seguinte equação: endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido.

| R\$ mil | Em 31 de Dezembro de | | |
|---------------------------|----------------------|-----------|-----------|
| | 2011 | 2010 | 2009 |
| Divida financeira líquida | 5.747.196 | 5.109.121 | 4.444.420 |
| Patrimônio líquido | 1.888.645 | 2.649.565 | 2.434.026 |
| Índice de endividamento | 75,3% | 65,9% | 64,6% |

Definições:

Divida Financeira Líquida: empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e encargos de dívidas menos caixa, equivalentes de caixa e sub-rogação CCC.

Patrimônio Líquido: é o saldo da conta patrimônio líquido do passivo.

índice de endividamento: Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Patrimônio Líquido)

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Bônus Perpétuos: emissão no montante de US\$575,0 milhões pela REDE COMPANHIA, sendo recomprado um montante de US\$78,4 (13,64 % do montante emitido) com deságio de 47,11%. Os bônus foram emitidos com uma taxa de 11,125% ao ano, com pagamentos trimestrais, não possuindo data de vencimento, e poderão, por opção da Companhia, serem resgatados a partir de 2/2/2012, em qualquer data de pagamento de juros pelo valor do principal. O bônus é negociado na Luxembourg Stock Exchange (Bolsa de Valor de Luxemburgo) e apresenta liquidez.

BNDES: representados por contratos efetuados na REDE COMPANHIA e nas controladas CELPA e ENERSUL, nos montantes de R\$127,5, R\$241,3 e R\$2,2 milhões, relacionados às seguintes finalidades:

- REDE COMPANHIA, empréstimos referente a reestruturação financeira em 2006;
- CELPA, empréstimos obtidos em dezembro/2009 com a finalidade de financiamento de obras de Distribuição e Transmissão; e
- ENERSUL, empréstimos destinados a financiamento de obras de melhorias.

Eletróbás: substancialmente representados por contratos relacionados aos Programas Luz Para Todos e Luz no Campo, com maior representatividade nas controladas CELPA, CEMAT, CELTINS e ENERSUL, nos montantes de R\$416,3, R\$359,6, R\$101,4 e R\$78,1 milhões, respectivamente, todos com prazo de carência de 24 meses e prazo de amortização em 120 meses acrescidos de taxas de juros entre 5% a.a. e 7,18% a.a.

Capital de giro: operações de capital de giro contratadas com taxas pré-fixadas e indexadas a CDI, IPCA e TJLP, com vencimento da última parcela em setembro/2018.

Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 15,34% a.a..

Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 4,35% a.a..

Operações indexadas a IPCA com taxa média ponderada de 10,87% a.a..

Operações indexadas a TJLP com taxa média ponderada de 6,00% a.a..

Dentro dessas operações existem contratos com taxa de juros efetiva de 2,55%, 3,11%, 3,96%, 4,42%, 5,48% e 7,50% a.a., que contemplam os custos de transação

BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento): nas controladas CELTINS, CEMAT e CELPA, nos valores de US\$80,0, R\$115,0 e R\$135,0 milhões, respectivamente. Parte desses recursos são financiados diretamente pelo BID (chamado de *A Loan*) e parte são fundos do Banco Société Générale e Banco Itaú Europa (*B Loan*). A parte "A" do financiamento terá o prazo total de nove anos para liquida o, sendo três anos de carência e mais seis para amortiza o do principal. A parte "B" terá o prazo total de seis anos para liquida o, sendo três anos de carência e mais três anos para amortiza o. As amortiza es tanto do principal quanto dos encargos serão trimestrais. O custo da parte "A"   de Libor acrescida de spread entre 3,7% e 4,3% a.a. e a parte "B" de Libor acrescida de spread de 3,3% e 3,9% a.a. mais varia o cambial. O principal da opera o foi protegido contra as oscila es da varia o cambial, por meio de instrumentos derivativos.

BOND's: pela controlada CELPA, em junho/2011 foi emitido papel no mercado externo no montante de US\$250,0 milhões com taxa de 10,50% a.a., com pagamentos dos juros semestrais e o principal com pagamento único em junho/2016. Os BOND's são negociados na *Irish Stock Exchange* (Bolsa de Valores da Irlanda). Os recursos dessa opera o foram utilizados para pagamentos de opera es de curto prazo e com custos mais altos. A utiliza o dos recursos até o final de 31/12/2011   a seguinte:

HSBC Bank Brasil S.A.: pela controlada ENERSUL, contrato na modalidade de Cédulas de Crédito Bancário firmando em setembro/2011 no valor total de R\$80,0 milhões a ser utilizado como capital de giro, a ser pago em 54 parcelas mensais após carência de 6 meses, vencendo a última parcela em setembro/2016, opera o contatada ao custo de 3,5% a.a. acima da varia o do CDI, tendo como garantia a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Debêntures:

Rede Energia

Distribui o pública de 370.000 debêntures simples da 4  emissão, não conversíveis em a es, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária com garantia fidejussória, em série única, de emissão da Rede Energia S.A. com valor nominal de R\$1 perfazendo o montante de R\$370,0 milhões. A emissão foi aprovada em reunião do Conselho de Administra o realizada em 23/10/2009 e a oferta foi registrada na CVM em 22/12/2009, sob o n  CVM/SER/DEB/2009/025. A remunera o das debêntures   de CDI mais 3,40% a.a., e o pagamento será feito semestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em junho/2010 e o último pagamento em dezembro/2014. A amortiza o das debêntures será realizada em 6 (seis) parcelas semestrais iguais no valor de R\$61.666, sendo que o primeiro vencimento ocorrerá em junho/2012 e o último em dezembro/2014. Esta opera o tem taxa efetiva de 3,697% a.a em fun o dos custos de transa o pagos antecipadamente e apropriados ao resultado mensalmente, conforme delibera o CVM n  556/2008. Durante o exercício findo em 31/12/2011 foram amortizados 714 (R\$714 em 31/12/2010).

CEMAT

2  emissão: Em 22/4/2010 em Assembléia Geral Extraordinária, a controlada deliberou pela distribui o pública de debêntures simples da 2  emissão, não conversíveis em a es, em 13 séries totalizando R\$250,0 milhões. A emissão foi composta de 250 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$1,0 milhão. A emissão foi realizada nos termos da Instru o CVM n  476/2009 (Oferta Restrita) e foi automaticamente dispensada de registro na CVM (Artigo 6  da referida Instru o). O prazo de vencimento das debêntures   de 4 anos. A primeira série (série CDI) tem carência de pagamento de principal pelos primeiros seis meses e será liquidada a partir de então em 42 presta es mensais. As debêntures da segunda   décima terceira séries (séries IPCA) ter o pagamentos nas suas respectivas datas de aniversário (a primeira delas, portanto, terá o seu primeiro pagamento no décimo segundo mês e assim sucessivamente para as demais séries) totalizando também 48 meses a partir da data de emissão, definida como 15/4/2010.

3ª emissão: Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 31/3/2011, a Controlada deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 3ª emissão, não conversíveis em ações, em série única no montante de R\$98,0 milhões. A emissão foi composta de 98 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$1,0 milhão. A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 (Oferta Restrita) e foi automaticamente dispensada de registro na CVM (Artigo 6º da referida Instrução). O prazo de vencimento é de 5 anos. O valor nominal de cada uma das debêntures será pago em 54 parcelas mensais e sucessivas. As primeiras 53 parcelas, cada uma no valor correspondente a 1,8518% do valor nominal, têm a primeira parcela devida em 7/11/2011, com seis meses de carência, e a última em 7/3/2016. A 54ª parcela corresponde ao saldo devedor do valor nominal e será devida na data de vencimento das debêntures, ou seja, 7/4/2016. O valor nominal de cada uma das debêntures não será atualizado. A remuneração das debêntures é de CDI mais 3,90% a.a. e será paga mensalmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento de encargos financeiros em 7/5/2011 e o último na data de vencimento. Essa operação tem uma taxa de juros efetiva de 4,83% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o exercício findo em 31/12/2011 foram amortizados R\$0,9 milhão. Os recursos obtidos por meio destas emissões serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos da controlada.

4ª emissão: Em 5/10/2011 em Assembléia Geral Extraordinária, a Controlada deliberou pela distribuição pública de debêntures simples da 4ª emissão, não conversíveis em ações, em série única no montante total de R\$100,0 milhões. A emissão é composta de 1.000 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$100,0 mil. Em 19/10/2011 foram emitidas 1.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$100,0 mil, perfazendo um total de R\$100,0 milhões. O prazo de vencimento das debêntures é de 6 anos a partir da data de emissão, vencendo-se, portanto em 19/10/2017. O pagamento será em 69 parcelas mensais e sucessivas, no dia 19 de cada mês, sendo as primeiras 68 parcelas no valor correspondente a 1,4492% do valor nominal de cada uma das debêntures, com vencimento da 1ª parcela em 19/2/2012 e a 69ª parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures devida na data do vencimento, ou seja, em 19/10/2017. A remuneração das debêntures é de 100% do CDI mais 3,75% a.a. e será paga mensalmente, a partir da data de emissão, no dia 19 de cada mês. Esta operação tem uma taxa de juros efetiva de 5,54% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o exercício findo em 31/12/2011 foram amortizados R\$212. Os recursos obtidos por meio desta emissão serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos da Companhia.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Tesouro Nacional: reestruturação de dívida externa, nas controladas CEMAT e CELPA e ENERSUL:

CEMAT: acordos estruturados em 18/3/1998 e 22/9/1999, com taxas de juros pré que variam de 6,20% a 8,20% a.a. e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral e variação cambial. O vencimento da última parcela ocorrerá em abril/2024. A forma de amortização é semestral.

CELPA: acordo estruturado em 31/12/1997, com taxas de juros pré que variam de 6,00% a 8,00% a.a. e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral e variação cambial. O vencimento da última parcela ocorrerá em abril/2024. A forma de amortização é semestral e final.

ENERSUL: acordo estruturado em março/1997, com taxas de juros pré que variam de 6,20% a 8,20% a.a. e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral e variação cambial. O vencimento da última parcela ocorrerá em abril/2024. A forma de amortização é semestral.

Essas reestruturações tem garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e depósito caução de parte da dívida. O depósito em caução é atualizado mediante aplicação da média ponderada das

variações dos preços dos “Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América” (“US\$ Treasury Zero Coupon Bond”).

iii. grau de subordinação entre as dívidas

O saldo do endividamento financeiro da REDE COMPANHIA em 31 de dezembro de 2011 era de R\$1.880,7 milhões, cujas garantias estão assim segmentadas: (i) 0,3% desse total está garantido por recebíveis da sua subsidiária REDECOM; (ii) 4,9% estão garantidos por aval dos acionistas controladores, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e Denerge-Desenvolvimento Energético S.A. e também por recebíveis da REDECOM; (iii) 53,7% estão garantidos por aval dos acionistas controladores; e (iv) 41,1% do endividamento financeiro está sem garantias (“*clean*”).

O saldo do endividamento financeiro da REDE CONSOLIDADO em 31 de dezembro de 2011 era de R\$6.726,1 milhões, cujas garantias estão assim segmentadas: (i) 31,4% desse total está garantido por recebíveis de suas subsidiárias (as subsidiárias que são concessões pública garantem apenas as suas próprias dívidas); (ii) 26,4% estão garantidos por aval dos acionistas controladores, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e Denerge-Desenvolvimento Energético S.A. e também por recebíveis; (iii) 21,5% estão garantidos por aval dos acionistas controladores; e (iv) 20,7% do endividamento financeiro está sem garantias (“*clean*”).

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A REDE COMPANHIA utiliza diversos instrumentos financeiros, que exigem, dentre outras, obrigações de manutenção de índices financeiros específicos e/ou o cumprimento de diversas obrigações de fazer ou não fazer restritivas às suas operações. De uma forma geral, os índices mais relevantes são Dívida Financeira/EBITDA e EBITDA/Despesa Financeira:

Bônus Perpétuos

Em 31 de dezembro de 2011, a REDE COMPANHIA estava em cumprimento com o *covenant* financeiro dos bônus perpétuos. A relação dívida financeira líquida por EBITDA, nessa data, era de 3,1 vezes, sendo que o limite contratual é de 4,0 vezes.

Definições:

Dívida Financeira líquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos (excluindo endividamento através de programas governamentais, tais como e não limitando “Luz para todos” e “Sub-rogação da CCC”) menos caixa e aplicações.

Endividamento do programa “Luz para todos” – aparece na nota explicativa de empréstimos, financiamentos e encargos como Eletrobrás. Para maiores informações sobre o programa “Luz para todos” ver o item 7.3 deste formulário.

Programa “Sub-rogação da CCC” – aparece na demonstração financeira no ativo como Sub-rogação da CCC. Para maiores informações sobre o programa “Sub-rogação da CCC” ver o item 7.3 deste formulário.

A composição do EBITDA é a seguinte:

- (+) Receita líquida
- (-) Custo do serviço de energia elétrica
- (-) Custo de operação

- (-) Despesas operacionais
- (-) Ganho na desativação / alienação de bens e direitos
- (+) Perdas na desativação / alienação de bens e direitos
- (+ / -) Outros resultados não operacionais
- (+) Depreciação e amortização

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2011, a REDE COMPANHIA estava em cumprimento dos seguintes índices financeiros:

- Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Consolidado de no máximo 3,5x (a Companhia registrou 3,1 vezes no final de 2011)
- EBITDA Consolidado / Resultado Financeiro Consolidado igual ou superior a 2,0x (a Companhia registrou 2,9 no final de 2011)

Definições:

Divida Financeira Líquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos (excluindo endividamento através de programas governamentais, tais como e não limitando “Luz para todos” e “CCC”) menos caixa e aplicações.

Endividamento do programa “Luz para todos” – aparece na nota explicativa de empréstimos, financiamentos e encargos como Eletrobrás. Para maiores informações sobre o programa “Luz para todos” ver o item 7.3 deste formulário.

Programa “Sub-rogação da CCC” – aparece na demonstração financeira no ativo como Sub-rogação da CCC. Para maiores informações sobre o programa “Sub-rogação da CCC” ver o item 7.3 deste formulário.

EBITDA – conforme quadro apresentado no item 3.2. deste formulário.

Encargos de dívidas – significa a soma de juros ativos e da renda de aplicações financeiras menos juros de empréstimos e financiamentos das demonstrações do resultado.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratados foram integralmente utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A seguir, análise dos resultados financeiros e patrimoniais da REDE COMPANHIA e REDE CONSOLIDADO.

REDE COMPANHIA

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício de 2011 comparados com 2010

Resultado de Participações Societárias

A REDE COMPANHIA obtém sua receita a partir dos resultados de suas controladas. Em 2011, o resultado de participações societárias foi uma despesa de R\$494,4 milhões contra uma despesa de R\$47,5 milhões em 2010. Essa variação foi em razão da evolução dos resultados de suas subsidiárias, conforme demonstrado abaixo (valores em R\$mil):

| | <u>Companhia</u> | |
|--|-------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2011</u> | <u>31/12/2010</u> |
| Controlada | | |
| Empresa Elétrica Bragantina S.A. | 5.107 | 1.973 |
| Companhia Nacional de Energia Elétrica | 7.484 | 6.725 |
| Companhia Força e Luz do Oeste | 2.807 | 12.762 |
| Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS | 16.599 | 24.338 |
| Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT | 49.344 | 4.993 |
| QMRA Participações S.A. | (571.339) | (114.048) |
| Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA | (39.546) | (12.510) |
| Tangará Energia S.A. | (1.388) | (4.567) |
| Rede Power do Brasil S.A. | 50.466 | 16.696 |
| Caiuá Distribuição de Energia S.A. | (46.874) | (13.373) |
| Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A. | 9.581 | 10.026 |
| Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL | 76.876 | 32.101 |
| Rede Comercializadora de Energia S.A. | (45.508) | (5.970) |
| Rede de Eletricidade e Serviço S.A. | 1.372 | 2.136 |
| Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A. | 21 | 637 |
| Subtotal | (484.998) | (38.081) |
| Amortização de ágio | (9.383) | (9.383) |
| Total | (494.381) | (47.464) |

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício de 2010 comparados com 2009

Resultado de Participações Societárias

A REDE COMPANHIA, como holding, obtém sua receita a partir dos resultados de suas controladas. Em 2010, o resultado de participações societárias foi uma despesa de R\$47,5 milhões contra um receita de R\$230,1 milhões em 2009. Essa melhora foi em razão da evolução dos resultados de suas subsidiárias, conforme demonstrado abaixo:

| | Companhia | |
|--|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2010 | 31/12/2009 |
| Controlada | | |
| Empresa Elétrica Bragantina S.A. | 1.973 | 10.272 |
| Companhia Nacional de Energia Elétrica | 6.725 | 4.971 |
| Companhia Força e Luz do Oeste | 12.762 | 4.884 |
| Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS | 24.338 | 25.843 |
| Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT | 4.993 | 48.037 |
| QMRA Participações S.A. | (114.048) | 6.813 |
| Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA | (12.510) | 13.468 |
| Tangará Energia S.A. | (4.567) | 5.965 |
| Rede Power do Brasil S.A. | 16.696 | 52.965 |
| Caiuá Distribuição de Energia S.A. | (13.373) | 133 |
| Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A. | 10.026 | 10.579 |
| Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL | 32.101 | 51.556 |
| Rede Comercializadora de Energia S.A. | (5.970) | 4.594 |
| Rede de Eletricidade e Serviço S.A. | 2.136 | 1.132 |
| Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A. | 637 | (3.204) |
| Subtotal | (38.081) | 238.008 |
| Amortização de ágio | (9.383) | (7.934) |
| Total | (47.464) | 230.074 |

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 comparadas com 31 de dezembro de 2010

Passivo Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Com relação aos empréstimos, financiamentos e debêntures o saldo em 2011 foi de R\$652,2 milhões, representando um aumento de R\$329,8 milhões ou 102,3% em relação aos R\$322,4 milhões de 2010. Esse aumento foi principalmente devido às seguintes variações: (i) debêntures: parte do saldo de longo prazo, R\$123,2 milhões, migrou para o curto prazo; e (ii) aumento de R\$197,2 milhões no capital de giro.

Passivo Não Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Com relação ao saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizou R\$1.228,5 milhões em 2011, representando uma redução de R\$241,0 milhões ou 16,4% em relação aos R\$1.469,5 milhões de 2010. Essa redução foi principalmente em razão das seguintes variações: (i) redução de R\$123,3 milhões no saldo das debêntures (ii) redução de R\$56,4 milhões no capital de giro; (iii) redução de R\$24,8 milhões no saldo do BNDES; e (iv) redução de R\$37,7 no saldo líquido dos bônus perpétuos (saldo menos marcação a mercado).

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 comparadas com 31 de dezembro de 2009

Passivo Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Com relação aos empréstimos, financiamentos e debêntures o saldo em 2010 foi de R\$322,4 milhões, representando um aumento de R\$183,1 milhões ou 131,5% em relação aos R\$139,3 milhões de 2009. Esse aumento foi principalmente devido às seguintes variações: (i) redução de R\$9,3 milhões no saldo com o BNDES; e (ii) aumento de R\$201,9 milhões no capital de giro.

Passivo Não Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Com relação ao saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizou R\$1.469,5 milhões em 2010, representando um aumento de R\$176,8 milhões ou 13,7% em relação aos R\$1.292,7 milhões de 2009. Esse incremento foi principalmente devido às seguintes variações: (i) redução de R\$24,8 milhões no saldo do BNDES; (ii) aumento de R\$50,7 milhões no capital de giro; e (iii) aumento de R\$149,4 milhões no saldo dos bônus perpétuos (líquido da marcação a mercado).

REDE ENERGIA S.A. CONSOLIDADO

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da REDE ENERGIA CONSOLIDADO, composta pela receita de fornecimento ao consumidor final, disponibilização do sistema de distribuição, fornecimento de energia para revenda (suprimento) e receita de construção aumentou 14,7%, passando de R\$9.730,6 milhões em 2010 para R\$11.098,0 milhões em 2011, principalmente devido a: (i) crescimento do mercado em 4,9%; (ii) aumento do preço médio de venda ao consumidor final em 7,9%; e (iii) aumento da receita de construção em 24,2%, que passou de R\$1.276,0 milhões em 2010 e 1.585,0 em 2011. Vale acrescentar que essa receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, e não constitui ganho real, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2010 quanto para 2011) aparecem no custo de operação, resultando em efeito zero no resultado operacional da companhia. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 12,5%, passando de R\$8.454,6 milhões em 2010 para R\$9.513,0 milhões em 2011.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica CONSOLIDADO, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargo do uso do sistema de transmissão e distribuição foi de R\$3.487,1 milhões em 2011 e R\$3.184,0 milhões em 2010, representando um crescimento de 9,5%, devido ao aumento da demanda, uma vez que o preço médio de compra registrou uma redução de 1,5% (variação das despesas com compra de energia em R\$/dividido pelos MWh comprados – vide nota explicativa nº 36).

Custo de Operação

O custo de operação CONSOLIDADO passou de R\$2.247,9 milhões em 2010 para R\$2.607,6 milhões em 2011, representando um aumento de 16,0% (R\$359,7 milhões). Retirando-se os efeitos do custo de construção que, como já comentado, não constitui efeito real sobre o resultado operacional, o custo de operação aumentou 5,2% (R\$51,0 milhões), passando de R\$971,9 milhões em 2010 para R\$1.022,6 milhões em 2011. Esse percentual ficou próximo da inflação de 5,1%, medida pelo IGPM.

Os itens que mais influenciaram essa variação foram: (i) aumento de R\$67,5 milhões no item pessoal, devido ao reajuste salarial anual (dissídio) e aumento no número de funcionários próprios; e (ii) aumento de R\$30,3 milhões no item serviços de terceiros. Esses aumentos, no entanto, foram compensados

positivamente pela: (i) redução R\$2,4 milhões nas despesas com material; e (ii) redução de R\$23,6 milhões nas despesas com matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais CONSOLIDADAS, compostas de despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R\$642,7 milhões em 2010 para R\$764,1 milhões em 2011, representando um aumento de 18,9% (R\$121,4 milhões), principalmente devido a (i) constituição de PDD na rubrica despesas com vendas, em especial na controlada CELPA. As provisões líquidas de reversão, nessa rubrica, foram de R\$2,2 milhões em 2011 e (ii) variação das outras despesas operacionais, em especial, nos itens (a) perdas na desativação de bens e direitos que adicionou R\$44,9 milhões às despesas de 2011 e (b) perda no valor recuperável, que adicionou R\$19,5 milhões às despesas de 2011. As perdas na desativação de bens e direitos referem-se especialmente à desativação de usinas termelétricas e a perda no valor recuperável refere-se ao resultado do *impairment test* sobre ativos.

EBITDA

Em consequência dos resultados acima comentados, o EBITDA da REDE CONSOLIDADO aumentou 19,2%, passando de R\$1.231,3 milhões em 2010 para R\$1.467,8 milhões em 2011, cuja composição está demonstrada na tabela abaixo:

| REDE CONSOLIDADO | 2011 | 2010 | Var% |
|--|------------------|------------------|--------------|
| (+) Receita operacional líquida | 7.782.422 | 6.860.728 | 13,4% |
| (-) Custo do serviço de energia elétrica | (3.487.070) | (3.184.005) | 9,5% |
| (-) Custo de operação | (2.607.583) | (2.247.901) | 16,0% |
| (-) Despesas operacionais | (764.133) | (642.717) | 18,9% |
| (-) Ganho na desativação / alienação de bens e direitos | (6.038) | (16.957) | -64,4% |
| (+) Perdas na desativação / alienação de bens e direitos | 74.756 | 36.752 | 103,4% |
| (+ / -) Outros resultados não operacionais * | 1.653 | (6.633) | -124,9% |
| (+) Depreciação e amortização ** | 473.782 | 432.042 | 9,7% |
| EBITDA (R\$ mil) | 1.467.789 | 1.231.309 | 19,2% |

Resultado Financeiro

O resultado financeiro CONSOLIDADO passou de uma despesa financeira de R\$1.095,3 milhões em 2010 para uma despesa financeira de R\$1.154,3 milhões em 2011, representando um aumento de 5,4% (R\$59,0 milhões).

Os itens que registraram as variações mais significativas estão discriminados na tabela abaixo:

| R\$ mil | 2.011 | 2.010 | Variação | |
|---|--------------------|--------------------|-----------------|-------------|
| | | | R\$ mil | % |
| Renda de aplicação financeira | 63.158 | 43.219 | 19.939 | 46,1% |
| Partes relacionadas | 35.409 | 19.845 | 15.564 | 78,4% |
| Juros ativos | 52.452 | 76.790 | (24.338) | -31,7% |
| Acréscimos moratórios | 135.680 | 115.162 | 20.518 | 17,8% |
| Encargos de dívidas | (781.265) | (581.336) | (199.929) | 34,4% |
| Juros e multas | (348.855) | (252.247) | (96.608) | 38,3% |
| Ajuste marcação a mercado | 140.046 | (178.450) | 318.496 | -178,5% |
| Ajuste a valor presente | (16.453) | (12.512) | (3.941) | 31,5% |
| Variação monetária e cambial | (258.760) | (35.489) | (223.271) | 629,1% |
| Operações de swap | (40.020) | (117.726) | 77.706 | -66,0% |
| Encargos financeiros - parcelamento Lei 11.941/2009 | (56.445) | (39.288) | (17.157) | 43,7% |
| IOF | (34.200) | (35.104) | 904 | -2,6% |
| Outras receitas / despesas financeiras | (45.049) | (98.176) | 53.127 | -54,1% |
| Resultado Financeiro | (1.154.302) | (1.095.312) | (58.990) | 5,4% |

Comentários sobre as principais variações:

- Encargos de dívidas: incremento de 34,4% (R\$199,9 milhões) nas despesas, principalmente em decorrência do aumento do endividamento financeiro;
- Juros e multas: incremento de 38,3% (R\$96,6 milhões) nas despesas, devido a multas regulatórias, em especial na controlada CELPA;
- Variação monetária e cambial líquida: incremento de R\$223,3 milhões, principalmente devido ao aumento da dívida em moeda estrangeira e valorização de 12,6% no dólar em relação ao real, entre dez/2010 e dez/2011.
- Ajuste na marcação a mercado: que passou de uma despesa de R\$178,5 milhões em 2010 para uma receita de R\$140,0 milhões em 2011, principalmente em razão da desvalorização do valor de face dos bônus perpétuos (o que gera receita financeira). Em dez/2010 a cotação dos bônus equivalia a 98,0% do valor de face e, em dez/2011, equivalia a 83,0%;
- Operações de swap: aumento na receita financeira de R\$77,7 milhões. Houveram ganhos com as operações de swap em virtude da valorização do dólar frente ao real.

Resultado Líquido

Visto o exposto, e ainda, influenciado pelo impacto de R\$376,4 milhões decorrente da realização de crédito tributário não recuperável (com base em estudo técnico das projeções de resultados tributáveis), o prejuízo líquido CONSOLIDADO do exercício de 2011 foi de R\$688,0 milhões e do exercício de 2010 foi de R\$368,8 milhões.

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da REDE ENERGIA CONSOLIDADO, composta pela receita de fornecimento ao consumidor final, disponibilização do sistema de distribuição, fornecimento de energia para revenda (suprimento) e receita de construção aumentou 17,4%, passando de R\$8.288,2 milhões em 2009 para R\$9.730,6 milhões em 2010, principalmente devido ao crescimento do mercado em 7,5%; aumento do preço médio de venda ao consumidor final em 3,8%; e aumento da receita de construção em 81,3%, que passou de R\$703,7 milhões em 2009 e 1.276,0 em 2010. Vale acrescentar que essa receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela REDE COMPANHIA, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui ganho real, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2009 quanto para 2010) aparecem

no custo de operação, resultando em efeito zero no resultado operacional da REDE COMPANHIA. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 11,5%, passando de R\$7.584,5 milhões em 2009 para R\$8.454,6 milhões em 2010.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica CONSOLIDADO, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargo do uso do sistema de transmissão e distribuição foi de R\$3.184,0 milhões em 2010 e R\$2.778,5 milhões em 2009, representando um crescimento de 14,6%. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo aumento de 7,5% na demanda; e pelo aumento de 8,9% no preço médio para compra de energia.

Custo de Operação

O custo de operação CONSOLIDADO passou de R\$1.584,4 milhões em 2009 para R\$2.246,7 milhões em 2010, representando um aumento de 41,8% (R\$662,3 milhões). Os itens que mais influenciaram essa variação foram: (i) aumento de R\$57,7 milhões nos custos de matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica. Essas custos não são gerenciáveis pela REDE COMPANHIA e são referentes à aquisição de combustível utilizado nas usinas térmicas, cuja geração, variam de acordo com a demanda; e (ii) aumento de R\$572,3 no custo de construção que não constitui efeito real, uma vez que há uma contrapartida desse custo na receita operacional. Assim, retirando-se o efeito da receita de construção, o custo de operação passaria de R\$880,6 milhões em 2009 para R\$970,7 milhões em 2010, representando um aumento de 10,2%. Cabe acrescentar que a inflação de 2010, medida pelo IGP-M foi de 11,3%.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais CONSOLIDADAS, compostas de despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R\$548,6 milhões em 2009 para R\$629,6 milhões em 2010, representando um aumento de 14,8% (R\$81,0 milhões), principalmente devido ao aumento de R\$90,3 milhões das despesas gerais e administrativas, compensado positivamente pela redução de R\$9,4 milhões nas despesas com vendas e outras despesas operacionais. O aumento das despesas com vendas, gerais e administrativas foi devido, em parte pela inflação do período, e também pela implantação de projetos que visam a melhoria da gestão, iniciados no segundo semestre de 2009 e que, até o final de 2010, ainda estavam em fase de implantação.

EBITDA

O EBITDA da REDE ENERGIA CONSOLIDADO, que representa o resultado operacional calculado a partir do resultado do serviço, acrescido das perdas na desativação e alienação de bens e direitos, constantes na demonstração dos resultados, e ainda acrescido da depreciação e amortização das demonstrações dos fluxos de caixa, foi de R\$1.231,3 milhões em 2010 e R\$1.229,5 milhões em 2009, representando um aumento de 0,1% (R\$1,8 milhão). A reconciliação dessa variação é a seguinte:

| | |
|--|------------------------|
| Varição da receita líquida..... | R\$1.119,8 milhões (+) |
| Varição do custo do serviço de energia..... | R\$ 405,4 milhões (-) |
| Varição do custo de operação e serviços..... | R\$ 635,8 milhões (-) |
| Varição das despesas operacionais..... | R\$ 80,9 milhões (-) |
| Varição dos outros resultados..... | R\$ 25,5 milhões (-) |
| Varição da depreciação e amortização..... | R\$ 29,6 milhões (+) |

Resultado Financeiro

O resultado financeiro CONSOLIDADO passou de uma despesa financeira de R\$723,3 milhões em 2009 para uma despesa financeira de R\$1.095,3 milhões em 2010, representando um aumento de 51,4% (R\$372,0 milhões).

| R\$mil | 2.010 | 2.009 | Variação | |
|---|--------------------|--------------------|------------------|---------------|
| | | | R\$mil | % |
| Receitas Financeiras | | | | |
| Receita de juros | 165.716 | 136.507 | 29.209 | 21,4% |
| Variação monetária | 284.733 | 573.848 | (289.115) | -50,4% |
| Ajustes a valor presente | 68.011 | 16.940 | 51.071 | 301,5% |
| Ganho em instrumentos financeiros | 161.267 | 62.355 | 98.912 | 158,6% |
| Operações de swap | 67.481 | 6.517 | 60.964 | 935,5% |
| Ganho na recompra dos bônus perpétuos | - | 72.264 | (72.264) | -100,0% |
| Redução de encargos financeiros - Lei 11.941/2009 | 2.384 | 241.815 | (239.431) | -99,0% |
| Outras receitas | 133.527 | 102.709 | 30.818 | 30,0% |
| Total Receitas | 883.119 | 1.212.955 | (329.836) | -27,2% |
| Despesas Financeiras | | | | |
| Encargos de dívidas | (607.198) | (485.239) | (121.959) | 25,1% |
| Variação monetária | (320.222) | (142.467) | (177.755) | 124,8% |
| Ajustes a valor presente | (80.532) | (24.241) | (56.291) | 232,2% |
| Perdas em instrumentos financeiros | (339.717) | (652.000) | 312.283 | -47,9% |
| Juros e multas | (252.247) | (260.806) | 8.559 | -3,3% |
| Operações de swap | (185.207) | (213.728) | 28.521 | -13,3% |
| Encargos financeiros - Lei 11.941/2009 | (39.288) | (12.590) | (26.698) | 212,1% |
| Outras despesas | (154.029) | (145.190) | (8.839) | 6,1% |
| Total Despesas | (1.978.440) | (1.936.261) | (42.179) | 2,2% |
| Resultado Financeiro | (1.095.321) | (723.306) | (372.015) | 51,4% |

Os itens que mais influenciaram essa variação foram:

- redução da receita de encargos financeiros - Lei 11.941/2009 - oriunda de parcelamento de impostos. Em 2009, conforme exposto na tabela acima, foi registrado uma receita não recorrente de R\$241,8 milhões, devido ao benefício fiscal decorrente de parcelamento de tributos;
- redução de R\$466,8 na variação monetária líquida (em 2009 foi registrada uma receita de R\$431,3 milhões e em 2010, uma despesa de R\$35,5 milhões). Cabe acrescentar que, de 2008 para 2009, o real valorizou 25,5% frente ao dólar, gerando uma variação monetária líquida de R\$557,0 milhões, em 2009;
- aumento de R\$122,0 milhões no encargos de dívidas, principalmente em razão do aumento do endividamento financeiro e aumento da taxa de CDI entre 2009 e 2010. Vale acrescentar que 39,9% (R\$2.495,0 milhões) do endividamento financeiro total está atrelado à variação da CDI; e
- redução de receita não recorrente no valor de R\$72,3 milhões, referente ao ganho na recompra dos bônus perpétuos, registrado em 2009.

Lucro Líquido

Visto o exposto, o resultado líquido CONSOLIDADO do exercício passou de um lucro de R\$8,3 milhões em 2009 para um prejuízo de R\$368,8 milhões em 2010.

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 comparadas com 31 de dezembro de 2010

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes em Caixa

Em 31 de dezembro de 2011, os numerários disponíveis e aplicações no mercado aberto totalizaram R\$686,1 milhões, comparados aos R\$759,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 9,7% (ou R\$73,6%). O caixa consolidado, em sua maior parte, são recursos para investimentos, em especial, para o Programa Luz Para Todos, nas concessionárias CELPA e CEMAT, principalmente. Assim, é comum, no final de cada período, seja no final do mês ou final de exercício, haver recursos recebidos das fontes de financiamento, mas ainda não aplicados.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta Consumidores era de R\$1.813,9 milhões, comparados com R\$1.553,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento de 16,7% (ou R\$260,1 milhões) ocorreu, principalmente, devido ao crescimento da receita bruta, transferências de saldos do longo para o curto prazo. A maior impacto ocorreu na classe residencial. O saldo dessa classe, em 2011, foi R\$139,9 milhões maior do que 2010.

Tributos a Recuperar – Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de tributos a recuperar correspondiam a R\$216,5 milhões, comparado aos R\$216,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, mantendo-se estável de um exercício para o outro, não havendo, portanto, variações relevantes a serem comentadas.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, nossa conta CCC era de R\$93,0 e R\$73,3 milhões, respectivamente. Esse aumento de 27,0% (ou R\$19,7 milhões) foi em decorrência do aumento do consumo de óleo diesel para geração térmica.

Ativo Não Circulante

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta consumidores era de R\$234,0 milhões, comparados aos R\$242,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 3,6% (ou R\$8,7 milhões), devido a transferência de saldos para o curto prazo.

Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$490,8 milhões, comparados aos R\$459,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento de 6,7% (ou R\$31,0 milhões) foi principalmente devido a apropriação de juros do período, uma vez que não houveram alterações no perfil dessas transações.

Tributos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2011, nossos tributários diferidos totalizaram R\$489,5 milhões, comparados aos R\$897,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 45,5% (ou R\$408,0 milhões). Essa variação foi principalmente devida à redução de R\$361,1 milhões no saldo dos prejuízos fiscais e base negativa, em razão da realização de lucros.

Ativo Financeiro e Intangível

Nosso ativo financeiro e intangível totalizou R\$7.143,8 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 8,5% (ou R\$557,1 milhões) em relação aos R\$6.586,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2010. Os principais itens que influenciaram essa variação foram: (i)

um incremento de R\$347,8 milhões em máquinas e equipamentos; (ii) incremento de R\$20,6 milhões em veículos; e (iii) R\$119,9 milhões de redução nas obrigações vinculadas à concessão (essa conta é uma redutora do ativo), principalmente em razão da redução dos subsídios para programas como o Luz Para Todos.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta fornecedores era de R\$832,9 milhões, comparados aos R\$612,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 36,1% (ou R\$220,8 milhões), pelas seguintes razões: (i) aumento de R\$155,5 milhões na conta suprimento de energia elétrica (aumento da compra de energia em razão do aumento da demanda e tarifa); (ii) aumento de R\$35,9 milhões nos passivos para compra de materiais e serviços; e (iii) aumento de R\$19,9 milhões na aquisição de combustível.

Empréstimos, Financiamentos, Arrendamento Financeiro e Debêntures

As contas de empréstimos, financiamentos, Arrendamento e debêntures, juntas, totalizaram R\$2.968,8 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um acréscimo de 64,8% (ou R\$1.167,0 milhões) em comparação com os R\$1.801,8 milhões em 31 de dezembro de 2010. Os itens que mais influenciaram essa variação foram: (i) aumento de R\$472,6 milhões no saldo de curto prazo dos bônus da CELPA, devido a reclassificação desse empréstimos para o curto prazo, em razão da Recuperação Juricial da companhia; (ii) aumento de R\$247,7 milhões no saldo do BNDES, também devido a reclassificação desse empréstimos, na CELPA, para o curto prazo; (iii) aumento de R\$144,1 milhões no capital de giro; (iv) aumento de R\$56,9 milhões no saldo do BID, também devido a reclassificação desse empréstimo na CELPA; e (v) aumento de R\$172,9 milhões no saldo das debêntures, não só em razão de nova emissão, mas também pela transferência de saldo do longo para o curto prazo.

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de curto prazo referente às indenizações trabalhistas Plano Bresser e Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), na subsidiária CELPA, aumento R\$40,4 milhões, passando de R\$78,1 milhões em 2010 para R\$118,5 milhões em 2011. Embora ocorreram amortizações em 2011, o saldo do longo prazo foi reclassificado para o curto prazo.

Passivo Não Circulante

Empréstimos, Financiamentos, Arrendamento Financeiro e Debêntures

As contas de empréstimos, financiamentos, arrendamento e debêntures de longo prazo, juntas, totalizaram R\$3.757,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. Uma redução de 14,5% (ou R\$636,5 milhões) em comparação aos R\$4.393,8 milhões de 31 de dezembro de 2010. Essa redução foi influenciada, principalmente, pelas reclassificações das dívidas da CELPA para o curto prazo, conforme já comentado no parágrafo dos “empréstimos, financiamentos, arrendamento financeiro e debêntures” de curto prazo.

Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, o longo prazo com partes relacionadas totalizou R\$177,5 milhões comparados aos R\$186,9 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa redução de 5,0% (ou R\$9,4 milhões) foi principalmente devido a amortização parcial do passivo com a controladora Empresa de Energia Elétrica Vale Paranapanema S.A.

Provisões Para Contingências

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dessas provisões era de R\$122,2 milhões em relação aos R\$89,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 36,3% (ou R\$32,6 milhões), influenciado principalmente pelo aumento de R\$36,7 milhões nas provisões trabalhistas. As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas Companhias reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

Indenização Trabalhista – Plano Bresser

Não há saldo de curto em 31 de dezembro de 2011, uma vez que esse foi integralmente transferido para o curto prazo, em razão da Recuperação Judicial da CELPA. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo era de R\$98,0 milhões.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2011, o patrimônio líquido foi de R\$1.888,6 milhões, comparados aos R\$2.018,8 milhões de 31 de dezembro de 2010. Essa redução de R\$130,2 milhões foi principalmente devido aos prejuízos acumulados que, em 2011, somaram R\$1.146,9 milhões em relação aos R\$498,8 milhões de 2010. Outro fator que influenciou a variação do patrimônio líquido foi o aumento de capital, aprovado na AGE de 16/8/2010, de R\$714,5 milhões para R\$1.344,0 milhões, mediante a emissão de 104.516.214 ações escriturais nominativas.

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 comparadas com 31 de dezembro de 2009

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes em Caixa

Em 31 de dezembro de 2010, os numerários disponíveis e aplicações no mercado aberto totalizaram R\$759,7 milhões, comparados a R\$414,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$345,7 milhões ou 83,5%. Esse incremento ocorreu principalmente devido a entrada de recursos para investimentos provenientes do aporte de capital pelo Fundo FI-FGTS na controladora Empresa de Energia Elétrica Vale Paranapanema S.A. e recursos para investimento no programa social Luz Para Todos.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta Consumidores e revendedores era de R\$1.776,4 milhões, comparados com R\$1.426,9 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento de R\$349,5 milhões ou 24,5% ocorreu, principalmente, devido ao crescimento da receita bruta, transferências de saldos do longo para o curto prazo e aumento de R\$130,6 milhões, entre 2009 e 2010, referentes às classes de poder, iluminação e serviço público.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2010, o montante de impostos e contribuições sociais a compensar correspondiam a R\$216,6 milhões, comparado aos R\$211,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento de R\$5,0 milhões ou 2,4% foi substancialmente composto de saldo negativo de Imposto de Renda e Contribuição Social apurados na declaração de ajuste anual de 2010 e anos-calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas a maior.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, nossa conta CCC era de R\$73,3 e R\$77,6 milhões, respectivamente. Essa redução de R\$4,4 milhões ou 5,6% foi em decorrência da redução do consumo de óleo diesel para geração térmica.

Ativo Não Circulante

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta consumidores era de R\$259,1 milhões, comparados aos R\$370,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$111,0 milhões ou 30,0%, devido a transferência de saldos para o curto prazo.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$459,8 milhões, comparados aos R\$374,1 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento de R\$85,7 milhões ou 22,9% foi principalmente devido a apropriação de juros do período.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2010, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$897,5 milhões, comparados aos R\$950,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$52,8 milhões ou 5,6%. Os saldos foram obtidos com base em estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002.

Ativo Financeiro e Intangível

Nosso ativo financeiro e intangível totalizou R\$6.586,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$360,9 milhões, correspondente a 5,8%, em relação aos R\$6.225,8 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2009. O saldo dos investimentos em serviço (obra concluída), líquido de amortização, representou um incremento de R\$344,8 milhões, sendo esse o item que mais influenciou no acréscimo do saldo.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta fornecedores era de R\$612,1 milhões, comparados aos R\$627,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$15,6 milhões ou 2,5%, principalmente devido a redução de R\$26,8 milhões nos custos dos encargos de uso do sistema.

Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Os impostos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher totalizaram R\$573,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$39,9 milhões ou 7,5% em relação aos R\$533,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, basicamente em decorrência do aumento dos impostos correntes.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

A conta empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos totalizou R\$1.801,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um acréscimo de R\$606,6 milhões ou 50,7% em comparação aos R\$1.195,2 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento basicamente decorrente de: (i) aumento de R\$36,9 milhões no saldo de recompra de ações (na subsidiária Tangará Energia S.A.); (ii) aumento de R\$481,9 milhões no capital de giro; e (iii) aumento de R\$81,9 milhões no saldo das debêntures

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de curto prazo referente às indenizações trabalhistas Plano Bresser e Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), na subsidiária CELPA, aumentou R\$1,5 milhão, passando de R\$76,6 milhões em 2009 para R\$78,1 milhões em 2010, principalmente devido a marcação a mercado do Plano Bresser.

Passivo Não Circulante

Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Nossos tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher em longo prazo totalizaram R\$513,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Houve uma redução de R\$75,5 milhões (12,8%) em relação aos R\$588,7 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa variação decorreu principalmente da redução dos impostos parcelados, devido a amortização.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

A conta empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de longo prazo totalizou R\$4.445,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Houve um crescimento de R\$527,5 milhões ou 13,5% comparados aos R\$3.917,5 milhões de 31 de dezembro de 2009. Esse crescimento deve-se principalmente a: (i) aumento de R\$111,2 milhões no saldo do BNDES, devido a captação de R\$140 milhões ocorrida no segundo semestre de 2010; (ii) aumento de R\$174,2 milhões no saldo Eletrobrás, principalmente devido ao Programa Luz Para Todos; (iii) aumento de R\$70,8 milhões no capital de giro; e (iv) aumento de R\$180,9 milhões no saldo das debêntures, devido a emissão de R\$250 milhões ocorrida no período, na controlada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, nosso exigível a longo prazo totalizou R\$186,9 milhões comparados aos R\$210,4 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução de R\$23,5 milhões ou 11,2% foi principalmente devido a amortização parcial do passivo com a controladora Empresa de Energia Elétrica Vale Paranapanema S.A.

Indenização Trabalhista – Plano Bresser

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor referente a indenizações trabalhistas (Plano Bresser e PCCS) totalizou R\$98,0 milhões, comparados aos R\$157,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução de R\$59,3 milhões ou 37,7% ocorreu principalmente devido a transferência para o curto prazo, devido a amortização do principal.

Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação

Nossos encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher em longo prazo totalizaram R\$446,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma queda de R\$17,6 milhões ou 3,8% em relação aos R\$463,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, devido a amortização da reserva por desgaste natural do bem reavaliado.

Participação de Acionistas Não Controladores

Em 31 de dezembro de 2010, nossas participações de acionistas não controladores totalizaram R\$1.336,4 milhões, comparados aos R\$1.382,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa redução de R\$46,4 milhões ou 3,4%, decorreu principalmente do resultado líquido das controladoras da REDE COMPANHIA.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido foi de R\$2.018,8 milhões, comparados aos R\$2.434,0 milhões de 31 de dezembro de 2009. Essa redução de R\$415,3 milhões ou 17,1% foi principalmente devido aos prejuízo acumulados que, em 2010, somaram R\$498,8 milhões e em 2009, R\$160,8 milhões. Considerando-se portanto os recursos destinados a aumento de capital, oriundos do aporte do Fundo FI-FGTS na controladora Vale Paranapanema, o patrimônio líquido foi de R\$2.649,6 milhões em 2010 e R\$2.434,0 milhões em 2009, representando um aumento de R\$215,5 milhões ou 8,9%.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

a. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da REDE CONSOLIDADO é, em sua maior parte, oriunda da venda de energia elétrica, aos consumidores finais, por meio de suas nove subsidiárias de distribuição de energia elétrica. Esses consumidores são subdivididos por classes de consumo, cujas variações e suas principais razões, serão comentadas em parágrafos seguintes. Outras fontes de receita, porém em menor proporção, são as aquelas oriundas da comercialização de energia pela subsidiária REDECOM, da geração de energia pela TANGARÁ e pela receita da REDESERV e Vale do Vacaria, que compõem o item "Outros" do quadro a seguir. Vale acrescentar que os comentários que seguirão, referem-se às vendas em GWh, uma vez que as variações dos valores em reais já foram comentados no item 10.1 deste Formulário.

No quadro abaixo, o histórico das receitas bruta e líquida nos últimos três exercícios:

| R\$ mil | Em 31 de Dezembro de | | |
|-----------------|----------------------|-------------|-------------|
| | 2011 | 2010 | 2009 |
| Receita Bruta | 11.097.986 | 9.730.567 | 8.288.219 |
| Deduções | (3.315.564) | (2.869.839) | (2.547.262) |
| Receita Líquida | 7.782.422 | 6.860.728 | 5.740.957 |

E no quadro abaixo, estão demonstradas as receitas bruta e líquida, segregada por companhia, em que, na linha "Participação %", estão demonstrados os percentuais com que cada uma dessas companhias contribuiu para a receita consolidada no exercício de 2011 (com base na receita líquida).

| R\$ mil | Rede Sul-SE* | Celtins | Cemat | Celpa | Enersul | RedeCom | Tangará | Outras | Combinado | Eliminações | Consolidado |
|-----------------|--------------|-----------|-------------|-----------|-----------|----------|------------|---------|-------------|-------------|-------------|
| Receita Bruta | 1.427.337 | 986.305 | 3.049.090 | 3.376.348 | 1.903.673 | 356.795 | 83.410,18 | 18.640 | 11.201.598 | (103.612) | 11.097.986 |
| Deduções | (473.665) | (241.540) | (1.039.322) | (942.548) | (569.072) | (39.578) | (8.453,60) | (1.385) | (3.315.564) | - | (3.315.564) |
| Receita Líquida | 953.671 | 744.765 | 2.009.768 | 2.433.800 | 1.334.601 | 317.218 | 74.956,58 | 17.255 | 7.886.034 | (103.612) | 7.782.422 |
| Participação % | 12,1% | 9,4% | 25,5% | 30,9% | 16,9% | 4,0% | 1,0% | 0,2% | 100,0% | | |

Rede Sul-SE: soma das subsidiárias CAIUÁ, EDEVP, EEB, CNEE e CFLO.

Comentários Sobre o Comportamento das Classes de Consumo

O mercado consumidor (vendas ao consumidor final) da REDE CONSOLIDADO apresentou crescimento de 4,9%, passando de 19.788 GWh em 2010 para 20.748 GWh em 2011, o que representa um aumento de 960 GWh. Esse resultado foi impulsionado, principalmente, pelo bom desempenho das subsidiárias ENERSUL e CELPA, que registraram incremento nas vendas de 220 GWh e 170 GWh, respectivamente. Percentualmente, as classes de consumo que mais contribuíram para esse crescimento foram: rural, com 7,9% e comercial, com 6,2%. Em números absolutos, as classes que registraram as vendas mais expressivas foram: residencial, com 262 GWh e comercial, com 256 GWh. De 2007 a 2011, o mercado consolidado cresceu a uma média anual de 10,3%.

A classe residencial responsável por 34,7% do total da energia fornecida e 80,8% do número total de consumidores apresentou crescimento de 3,8%, passando de 6.940 GWh em 2010 para 7.202 GWh em 2011. Esse resultado foi influenciado pelo crescimento vegetativo e pela expansão do número de ligações.

A classe industrial responsável por 21,8% do total da energia fornecida e 0,9% do número total de consumidores apresentou crescimento de 5,3%, passando de 4.299 GWh em 2010 para 4.528 GWh em 2011. Esse resultado foi influenciado principalmente pela comercialização de energia pela subsidiária REDECOM, que registrou aumento de 354 GWh em suas vendas.

A classe comercial responsável por 21,2% do total da energia fornecida e 7,7% do número total de consumidores apresentou um crescimento de 6,2%, passando de 4.150 GWh em 2010 para 4.406 em 2011, principalmente devido ao bom desempenho da classe comercial das subsidiárias ENERSUL e CEMAT, com 10,4% e 6,8% de crescimento, respectivamente. Na ENERSUL, as mais expressivas contribuições vieram dos setores de Comércio Varejista, com participação de 33,6%, e que cresceu 14,1% e de Serviços Auxiliares Diversos, com participação de 10,5% e crescimento de 37,3%. Na CEMAT, as atividades que mais exerceram influência sobre o desempenho da classe foram: atividades de comércio atacadista, que registraram um crescimento de 15,5% e serviços, com crescimento de 13,8%.

A classe rural responsável por 8,3% do total da energia fornecida e 9,4% do número total de consumidores apresentou um expressivo crescimento de 7,9%, passando de 1.592 GWh em 2010 para 1.717 GWh em 2011, influenciado principalmente pela implantação dos projetos ligados ao Programa Luz Para Todos. Vale acrescentar que, desde a implantação desse Programa, no final de 2004, a classe rural nas áreas de concessão da CELPA, CEMAT, ENERSUL e CELTINS, Estados do Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, respectivamente, estão registrando taxas de crescimento acima da média dos anos anteriores a implantação do Programa.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da REDE CONSOLIDADO, por meio de suas subsidiárias, é afetada, principalmente pelos fatores abaixo enumerados. Esses fatores serão comentados a seguir de forma genérica, uma vez que as variações dos resultados, já foram comentadas em detalhes no Item 10.1 deste Relatório.

- i. Variação no volume de energia comprada para revenda, em decorrência do crescimento ou retração de mercado no fornecimento de energia elétrica;
- ii. Novos contratos de compra de energia elétrica (hidráulicas e térmicas), firmados em função do crescimento do mercado;
- iii. Aumento dos encargos de uso do sistema de transmissão devido principalmente ao aumento na tarifa de uso do encargo do Sistema Interligado Nacional, reajustado anualmente.
- iv. Aumento dos encargos setoriais do setor elétrico, que são contribuições definidas em Lei como parte das políticas de Governo para o Setor Elétrico. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica;
- v. Disponibilidade de energia para o atendimento sem restrições ao mercado. Por exemplo, em 2001, a geração de energia não foi suficiente para atendimento da demanda, resultado em racionamento. Na ocasião, as companhias do setor tiveram suas receitas reduzidas entre 20% e 30%;
- vi. Condições econômicas no Brasil em geral e nas áreas de concessão da Companhia;
- vii. Resultados das disputas judiciais e contingências;
- viii. Variação cambial e de taxa de juros; e
- ix. Alterações nas tarifas de energia decorrentes da revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL. Os reajustes ocorridos em 2011 estão demonstrados no quadro abaixo:

| Companhia | Áreas de Concessão | Vencimentos dos Contratos de Concessão | Revisão Tarifária | | Reajustes Anuais | | |
|-----------|------------------------|--|-------------------|---------|------------------|-----------|-------------------------------|
| | | | Última | Próxima | Data | Anexo I % | Impacto Médio s/ Consumidores |
| CAIUA | São Paulo | 2015 | Mai-08 | Mai-12 | 03/05/11 | 7,97% | 5,67% |
| EDEVP | São Paulo | 2015 | Mai-08 | Mai-12 | 03/05/11 | 5,97% | 11,50% |
| EEB | São Paulo/Minas Gerais | 2015 | Mai-08 | Mai-12 | 03/05/11 | 8,12% | 5,48% |
| CNEE | São Paulo | 2015 | Mai-08 | Mai-12 | 03/05/11 | 12,62% | 5,47% |
| CFLO | Paraná | 2015 | Fev-08 | Fev-12 | 21/06/11 | 5,04% | 2,80% |
| CELTINS | Tocantins | 2020 | Jul-08 | Jul-12 | 28/06/11 | 13,48% | 12,75% |
| CEMAT | Mato Grosso | 2027 | Abr-08 | Abr-13 | 05/04/11 | 18,06% | 12,89% |
| CELPA | Pará | 2028 | Ago-07 | Ago-11* | * | * | * |
| ENERSUL | Mato Grosso do Sul | 2027 | Abr-08 | Abr-13 | 05/04/11 | 12,33% | 17,49% |

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os fatores que influenciaram as variações das receitas estão comentados no Item 10.1 deste Relatório.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Todos esses impactos sobre o resultado da REDE CONSOLIDADO estão comentados no Item 10.1 deste Relatório.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Considerando os últimos três exercícios, as alienações de segmento operacional foram as seguintes:

Em dezembro de 2009, foi assinado “Contrato Condicional de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” entre a Rede Power do Brasil S.A. (“REDE POWER”), T4U Brasil Ltda (“T4U”), Juruena Energia S.A. (“JURUENA”) e REDE ENERGIA, em que, a REDE POWER vendeu à T4U, 100% das ações que detinha da JURUENA, ao preço total de R\$ 29,5 milhões. Cabe acrescentar que a REDE POWER é uma Companhia holding, controlada pela REDE ENERGIA, e que detinha 100,00% do capital total e votante da Companhia de geração JURUENA, cujos principais ativos operacionais eram a PCH Juína e CGH Aripuana, localizadas nos Municípios de Juína e Aripuanã, Estado do Mato Grosso, com capacidade instalada de 5,1 MW e 0,8 MW, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2009, a receita líquida da JURUENA era de R\$ 7,2 milhões e a receita líquida da REDE ENERGIA consolidado era de R\$ 5.044,6 milhões. A receita líquida da JURUENA representava 0,1% da receita líquida da REDE ENERGIA consolidado.

Em 31 de dezembro de 2009, o total de ativos da JURUENA era de R\$ 19,8 milhões e o total de ativos da REDE ENERGIA consolidado era de R\$ 11.673,8 milhões. O total de ativos da JURUENA representava 0,2% do total de ativos da REDE ENERGIA consolidado.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A mais recente aquisição e alienação de participação societária ocorreu em 2008, com a operação de uma troca de ativos. A REDE ENERGIA adquiriu a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL em troca da companhia de geração REDE LAJEADO ENERGIA S.A., cujo principal ativo é a UHE Lajeado com 802 MW de potência. Assim, nos últimos três exercícios, não houveram constituições, aquisições ou alienações de participações societárias, além daquelas comentadas neste Item 10.3, parágrafo “a”, acima.

c. eventos ou operações não usuais

Não há qualquer evento ou operação não usual, seja na REDE COMPANHIA ou em suas subsidiárias.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

No final do exercício de 2011, não houveram mudanças significativas nas práticas contábeis. No entanto, na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2008, a Companhia e suas Controladas adotaram pela primeira vez as alterações na Legislação Societária introduzidas pela Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória nº. 449 de 3 de dezembro de 2008.

As alterações efetuadas na Lei das Sociedade por Ações tiveram como principal objetivo sua atualização, o que possibilitará o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo IASB (*International Accounting Standard Board*). As mudanças introduzidas na Lei das Sociedade por Ações causaram efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, entre tais se destaca os seguintes efeitos:

- Os ativos registrados no ativo imobilizado e intangíveis foram submetidos a teste de “*impairment*” conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 527/2007, concluindo que nenhum ajuste era necessário;
- A Companhia e as suas controladas, procederam a análise da conta intangível, mantendo-se apenas aquelas contas que atendem a definição de intangível conforme a Deliberação 553/08;
- Os contratos de arrendamentos mercantis, que transferem riscos e benefícios foram analisados e registrados como ativo imobilizado, em atendimento a Deliberação CVM nº 554/08;
- Os custos de captações de empréstimos e financiamentos e emissão de títulos foram reclassificados como redutores dos respectivos passivos, sendo que suas apropriações passaram a ser feitas com base na taxa efetiva de juros, conforme Deliberação 556/08;
- Para as contas de ativo e passivo de longo prazo, procedeu-se a devida análise dos itens suscetíveis de ajuste a valor presente, conforme Deliberação CVM 564/08, concluindo que os principais efeitos estão relacionados com as rubricas “Consumidores”, “Impostos e Contribuições a Compensar” e “Indenização Trabalhista – Plano Bresser”;
- A Companhia e as suas controladas possuem diversos instrumentos financeiros. Após a análise dos mesmos, adotou-se a mensuração dos derivativos representados por contratos de SWAP, pelo valor justo por meio do resultado, e designou o Bônus Perpétuo como “instrumentos financeiros designado no reconhecimento inicial, como mensurado a valor justo por meio de resultado” conforme Deliberação 566/08;
- Os efeitos ocorridos nas Controladas estão refletidos no Patrimônio Líquido e resultado na proporção da participação no capital social.
- A Companhia e as suas controladas não procederam, para fins de comparação, o ajuste retroativo de suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007. Desta forma, os ajustes quando referentes a sua mensuração inicial, retroagiram aos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pela Deliberação. 565/08.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2007, em função da adoção inicial da Lei nº. 11.638/2007 e Medida Provisória nº. 449/2008, são apresentados a seguir:

| | <u>Patrimônio Líquido Dez/07</u> | <u>Resultado 2008</u> |
|--|----------------------------------|-----------------------|
| Saldos anteriores aos ajustes da Lei 11.638/07 e MP 449/08 | 838.236 | (304.414) |
| Passivo financeiro avaliado pelo valor justo por meio de resultado | 30.555 | 772.351 |
| Ajustes nas reclassificações dos custos de transações pela TEJ | (56.811) | - |
| Ajustes de adoção da Lei 11.638/07 e MP 449/08 em controladas | (7.075) | - |
| Efeitos tributários sobre ajustes da Lei 11.638/07 e MP 449/08 | 8.927 | (262.599) |
| Saldos após os ajustes da Lei 11.638/07 e MP 449/08 | 813.832 | 205.338 |

Além destes efeitos, a Companhia e sua controlada Rede Power S.A. possuem valores registrados de deságio de R\$ 104.586 e R\$ 84.351, respectivamente. Esses deságios foram apurados na operação de permuta entre a Companhia, a referida controlada e a EDP-Energias do Brasil S.A.

Analisado consoante o requerido pela Instrução CVM nº. 247/96 concluiu que os valores de deságios apurados, não se enquadram nos fundamentos ali descritos, quais sejam: a) mais ou menos valias dos ativos e passivos e b) expectativa de resultados futuros. Assim, e considerando que os valores de deságios não podem ser explicados a luz dos ativos e passivos da controlada adquirida e tampouco sobre sua rentabilidade, conclui-se que os mesmos não possuem fundamentação. Caso o CPC 15 - Combinação de Negócios tivesse sido aprovado neste exercício, os deságios apurados na condição exposta, seriam refletidos aos resultados, e conseqüentemente, o lucro líquido e o patrimônio líquido da Companhia seria aumentado em R\$ 135.366, líquido dos efeitos tributários.

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009 não apresentaram efeitos significativos decorrentes de alterações em práticas contábeis

Novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e deliberadas pela CVM que ainda não estão vigentes e não foram adotados antecipadamente:

A Companhia e suas controladas procederam à análise das deliberações emitidas pela CVM em 2009 para aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 para fins de comparação e, concluiu que as principais deliberações que poderão apresentar efeitos relevantes são:

Deliberação CVM nº 580/2009 – CPC 15 – Combinação de Negócios (IFRS 3): A norma trata de combinações de negócios, onde essas devem ser contabilizadas pelo método de aquisição, o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) não deve ser amortizado, sendo sujeito a teste de recuperabilidade econômica. A mudança que impactará a Companhia e suas controladas refere-se ao reconhecimento de compra vantajosa, ou seja, deságio (ver nota 18 item “b” e “c”), que deve ser transferido para o Patrimônio Líquido na transição para o IFRS.

Deliberação CVM nº 577/2009 – CPC 20 – Custos de Empréstimos (IAS 23): A capitalização de custos de empréstimos relacionados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis tornou-se obrigatória. Como pelas práticas atuais das controladas, apenas os custos de empréstimos diretamente atribuíveis são capitalizados, o efeito devido a capitalização de custos de outros empréstimos empregados nesses ativos, proporcionará redução nas despesas financeiras, cujo impacto nos balanços ainda estão sendo avaliados.

Deliberação CVM nº 593/2009 – CPC 24 – Evento Subsequente (IAS 10): Esta deliberação determina que os dividendos acima do mínimo estabelecido em lei e não aprovados pela Assembléia não devem ser provisionados, mas apenas destacados no patrimônio líquido. Caso esta deliberação fosse adotada no exercício de 2009, o passivo circulante estaria apresentado à menor e o patrimônio líquido a maior pela diferença acima do mínimo.

Deliberação CVM nº 596/2009 – CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola (IAS 41): Torna obrigatória, salvo exceções, a mensuração de ativos biológicos e produtos agrícolas no ponto de colheita pelo seu valor justo menos custos de vender com contrapartida no resultado. A controlada Vale do

Vacaria Açúcar e Álcool S.A., que tem por objeto o cultivo de cana de açúcar e outras lavouras temporárias avaliará os efeitos desta deliberação nas suas demonstrações financeiras.

Deliberação CVM nº 604/2009 – CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32) e CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7): A presente deliberação visa complementar o tratamento contábil de instrumentos financeiros. A Companhia está avaliando o efeito na controlada Tangará Energia S.A., que poderá ter seu Patrimônio Líquido impactado pela reclassificação de ações PN resgatáveis.

Deliberação CVM nº 611/2009 – ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12): A deliberação estabelece que não sejam reconhecidos ativos imobilizados referentes a concessões, e sim, o registro de um ativo intangível (o direito de cobrar os consumidores) e/ou um ativo financeiro (indenização ao final da concessão). No estágio atual, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões sobre o assunto, que estão ocorrendo junto aos órgãos reguladores e entidades de classe, concluindo que não há possibilidade de avaliar com segurança razoável os efeitos nas demonstrações financeiras.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os auditores independentes apresentaram Relatório sobre as demonstrações financeiras da Companhia com abstenção de opinião, a qual apresentamos abaixo uma transcrição dos parágrafos “Base para abstenção de opinião” e “Abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras”. Por se tratar de transcrições, apresentamos o texto em itálico.

Base para abstenção de opinião

4 *Conforme nota explicativa nº 6 e 18.4, a Companhia possui investimento acrescido de ágio no montante de R\$ 366.966 mil referente participação direta na QMRA Participações S.A. (“QMRA”) a qual é controladora da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial” (“CELPA”) que está em processo de Recuperação Judicial, cujo pedido foi deferido em 29 de fevereiro de 2012, bem como investimento no montante de R\$ 50.501 mil referente a participação direta na controlada CELPA.*

a) *A CELPA teve seu pedido de Recuperação Judicial (R.J) deferido em 29 de fevereiro de 2012 nos termos da Lei nº 11.101/05. Conforme a referida Lei a CELPA deve apresentar em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, Plano de Recuperação que deverá conter: discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada. A assembléia-geral de credores, nos termos da referida Lei, votará o referido plano em prazo que não excederá 150 (cento e cinquenta) dias contados do deferimento do processamento da recuperação judicial. Adicionalmente, conforme documento “Memória da 7ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2012”, realizada em 06 de março de 2012, foi decidido pela diretoria executiva da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio de Termo de Intimação a ser expedido, solicitar Plano de Ação a CELPA apresentando alegações e proposta para correção das falhas e das transgressões técnicas apontadas na referida reunião. A CELPA está em fase de elaboração dos referidos planos não tendo mensurado até a presente data os possíveis efeitos sobre os saldos patrimoniais tendo em vista as negociações em andamento bem como a dependência dos eventos futuros acima mencionados, que poderão ou não ocorrer tais como: a aprovação do Plano de Recuperação por parte dos credores; a aprovação do Plano de Ação por parte da Aneel bem como, as negociações em andamento para equacionamento das dívidas e o Reajuste tarifário esperado pela*

CELPA. Além disso, a CELPA incorreu no prejuízo líquido de R\$ 391.162 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e que, naquela data, o passivo circulante da CELPA excedeu o ativo circulante em R\$ 1.191.873 mil. Em 31 de dezembro de 2011 os ativos e passivos da CELPA foram classificados e valorizados presumindo a continuidade normal dos negócios. Conforme as normas contábeis brasileiras e internacionais, a administração deveria demonstrar este pressuposto de continuidade. A situação acima descrita, indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da CELPA e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Até a presente data não obtivemos evidência de auditoria suficiente para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as notas explicativas, não divulgam integralmente estes fatos.

- b) Conforme descrito na nota explicativa nº 12, existem em 31 de dezembro de 2011 créditos tributários ativos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias consolidados no montante de R\$ 489.473. Este valor inclui o montante de R\$ 89.790 mil, referentes à subsidiária CELPA. A realização do referido crédito tributário depende fundamentalmente do sucesso dos planos mencionados na nota explicativa 1 e da ocorrência de lucros tributários futuros. Devido as incertezas significativas mencionadas no parágrafo 4 a, não nos foi possível concluir quanto a probabilidade de realização desses créditos tributários.
 - c) Não nos foi apresentada documentação-suporte para o registro dos montantes reconhecidos como “Depósitos judiciais” R\$ 27.420 mil, referentes à subsidiária CELPA. Conseqüentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e registro da referida rubrica nas demonstrações financeiras, em relação a data base 31 de dezembro de 2011.
 - d) Conforme descrito na nota explicativa nº 20, existem em 31 de dezembro de 2011 ágio, no montante de R\$ 200.271 mil referente a “CELPA”. A realização do referido ágio depende fundamentalmente do sucesso dos planos mencionados na nota explicativa 1. Devido as incertezas significativas mencionadas no parágrafo 4 a, não nos foi possível concluir quanto à probabilidade de realização deste ágio.
- 5 Conforme nota explicativa nº 6 e 18, a Companhia possui investimento no montante de R\$ 621.244 mil referente a participação direta na controlada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (“CEMAT”).
- a) Conforme divulgado na nota explicativa 1, recentemente a CEMAT tem tido dificuldades significativas de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos o que vem resultando em dificuldades de liquidar o serviço da dívida, a sua amortização e liquidação de outros compromissos operacionais de curtíssimo prazo. Além disso, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o passivo circulante da CEMAT excedeu o ativo circulante em R\$ 82.136 mil. A CEMAT nos apresentou um fluxo de caixa projetado para um período de 12 meses após a data base destas demonstrações financeiras que apresenta uma necessidade de recursos adicionais relevantes neste período, refletindo seu atual cenário. Adicionalmente, CELPA está em processo de Recuperação Judicial, cujo pedido foi deferido em 29 de fevereiro de 2012. A CEMAT está em curso de negociação com seus credores - instituições financeiras - com o objetivo de alongar o perfil do seu endividamento. Todavia, este equacionamento depende de eventos futuros alheios ao controle da administração. Neste momento, estas situações indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da CEMAT e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Assim, até a presente data não obtivemos evidência de auditoria suficiente para concluirmos sobre estas múltiplas

incertezas. As demonstrações financeiras inclusive as notas explicativas não divulgam integralmente estes fatos.

- 6 *Conforme nota explicativa nº 6 e 18, a Companhia possui investimento no montante de R\$ 297.014 mil referente a participação direta na controlada Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – (“CELTINS”). Nos últimos meses a CELTINS vem apresentando falta de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos o que vem resultando em dificuldades de liquidar o serviço da dívida, a sua amortização e liquidação de outros compromissos operacionais de curtíssimo prazo. A administração está em curso de negociação com seus credores - instituições financeiras - com o objetivo de alongar o perfil do seu endividamento. Todavia, este equacionamento depende de eventos futuros alheios ao controle da administração da CELTINS. Estas situações indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade operacional da CELTINS e que portanto pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil especificamente o Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) a administração deve suportar sua conclusão sobre o pressuposto da continuidade da companhia no futuro previsível. As demonstrações financeiras (e as notas explicativas) não divulgam integralmente este fato.*

- a) *A CELTINS é controlada da Rede Energia S.A. a qual também possui investimento na controlada Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial” (“CELPA”) cujo processo de Recuperação Judicial foi deferido em 29 de fevereiro de 2012. Adicionalmente, a CELTINS possui valores a receber da CELPA no montante de R\$ 22.797 mil, registrado no ativo não circulante. A realização deste saldo está vinculada a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da CELPA a ser apresentado em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial.*

- 7 *As notas explicativas não informam a posição dos contratos de compra de energia no sentido de estar atendendo ou não os limites operacionais regulatórios, tampouco nos foi dado acesso a esta informação. Consoante práticas contábeis adotadas no Brasil esta informação sobre eventual exposição de cobertura deveria ser divulgada nas notas explicativas.*

Abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

- 8 *Devido à relevância dos assuntos descritos nos parágrafos Base para abstenção de opinião, até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Conseqüentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras individuais acima referidas.*

Abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

- 9 *Devido à relevância dos assuntos descritos nos parágrafos Base para abstenção de opinião, até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Conseqüentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas.*

Ênfase

Demonstrações financeiras individuais e separadas conforme IFRS

- 10 *Conforme descrito em nota explicativa nº 3.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Rede Energia S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRS seria custo ou valor justo.*

A Diretoria da Companhia, por sua vez, declarou, no Relatório da Administração das demonstrações financeiras publicadas, que discorda das razões pelas quais os Auditores decidiram por se abster de apresentar sua opinião de auditoria, pelas razões e fundamentos registradas na Reunião do Conselho de Administração que aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

1.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS)

As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da controladora, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

d. Autorização de conclusão das informações trimestrais

A autorização para emissão das demonstrações financeiras ocorreu em reunião da Diretoria em 13/3/2012.

1.2. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e de suas controladas realizem estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas continuamente quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

- Provisões;
- Perda no valor recuperável;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Ativo financeiro – bens da concessão;
- Vida útil de ativo intangível;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos;
- Passivos contingentes; e
- Planos de pensão.

1.3. Gestão do Capital

A Companhia e suas controladas buscam alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

A Companhia e suas controladas acompanham seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

Informações pertinentes aos riscos inerentes a operação da Companhia e de suas controladas e a utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos na nota explicativa nº 27.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Ativos e passivos financeiros:

a. Reconhecimento e Mensuração: A Companhia e suas controladas reconhecem os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, eles se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis).

Os ativos financeiros, exceto os classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado, estão sujeitos a teste de recuperabilidade econômica (*impairment*).

b. Classificação: A Companhia e suas Controladas classificam os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) Mantidos até o vencimento e (iii) Empréstimos e recebíveis.

i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Os derivativos também são caracterizados como mantidos para negociação, a menos que tenha sido designado como instrumento de proteção (*hedge*);

ii. Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

c. Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Consumidores: Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE.

Perda no valor recuperável (*impairment*): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e quando um evento subsequente indica reversão da perda, a diminuição é revertida e registrada no resultado.

a. Ativos financeiros: Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável de recebíveis. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.

b. Ativos não financeiros: Todo final de período a Companhia e suas controladas avaliam se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão, estejam desvalorizados, sendo levado em conta

fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda, os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.

A Companhia e suas controladas utilizam o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia e suas controladas para um período de 5 anos, posteriormente, são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada é 12,81%, que representa o WACC real setorial.

Ajuste a Valor Presente: Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas “Consumidores”, “Tributos a Recuperar” e “Indenizações Trabalhistas”. As taxas de descontos refletem as taxas utilizadas para riscos e prazos semelhantes aos utilizados pelo mercado, equivalente a 12,81%, que representa o WACC real setorial.

Estoque (inclusive do ativo intangível em curso): Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Investimentos: Inclui as participações societárias em controladas e coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, onde o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e, posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída a Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida, deduzidas de provisões para redução ao valor de mercado, quando aplicável. Inclui também propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Imobilizado: Inclui os itens que se referem a bens corpóreos destinados à manutenção das atividades das Controladas, inclusive aqueles decorrentes de operações que transfiram os risco e benefícios significativos da titularidade dos mesmos. Sendo que em 31/12/2008 foi aplicado o custo atribuído para a Controlada Tangará conforme o CPC 37 - R1 (Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade), o custo atribuído não gerou alteração na vida útil dos bens. A depreciação está calculada pelo método linear de acordo com as taxas determinadas pela ANEEL, estas são calculadas com base nas Unidades de Cadastro - UC que compõem o empreendimento, de acordo com a Resolução ANEEL nº 002/1997, alterada pela Resolução nº 367/2009. Este é submetido a teste de recuperabilidade anualmente.

Intangível: Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão, e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.

Contratos de concessão: Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão limitados ao final da concessão. Tais ativos são mensurados pelo valor reavaliado em agosto de 2001, com revisão em maio de 2005, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos

de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de Custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

Subvenção e assistência governamental: A partir de 1/1/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados a Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Companhia e suas Controladas não possui subvenções e assistências governamentais.

Reserva de reavaliação (outros resultados abrangentes): A sua realização se dá em proporção à amortização, e alienação dos bens integrantes da concessão, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. A Companhia optou por manter os saldos existentes das reservas de reavaliação até a sua efetiva realização, conforme permitido no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

Arrendamento mercantil: Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Quando o arrendamento é classificado como operacional, ou seja, seus riscos e benefícios não são transferidos, os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Empréstimos, financiamentos e debêntures: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia e suas Controladas firmaram contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os

referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os diferenciais a receber e a pagar referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de “Operações de *swap*” e “Operações com opções” e o resultado apurado na conta “Receitas e Despesas Financeiras” e/ou intangível em curso (quando da construção do intangível operacional da concessão). Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função do valor justo desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são, em sua maioria, com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins especulativos.

Valor justo: É a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Custo de empréstimos: Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a controlada incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades de construção estejam iniciadas, cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.

Provisões para contingências: Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

Outros direitos e obrigações: Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de

contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição ("RTT") de apuração do Lucro Real, a Companhia e suas Controladas considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano-calendário de 2008. A partir do ano-calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

Plano de aposentadoria e pensão: A Companhia e suas controladas possuem plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.

A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como custos e/ou despesas com pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.

O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuárias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.

Receita líquida de vendas: As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.

Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Receita e custo de construção: O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na percentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de construção, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador). No caso de balanço consolidado, o lucro ou prejuízo atribuível à Companhia se refere à parcela da controladora.

Demonstrações de valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Demonstrações dos resultados abrangentes: As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo divulgadas, uma vez que a Companhia e suas controladas não apuraram transações que envolvam registros em outros resultados abrangentes que impactam o resultado do exercício findo em 31/12/2011 e 31/12/2010.

Transações de capital: As mudanças na relação de propriedade da Companhia (entre os acionistas) em controladas direta ou relativa (indireta) que não implique a perda do controle, são contabilizadas dentro do patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado.

A elaboração e divulgação das demonstrações financeiras requerem que a Administração se baseie em estimativas e no seu julgamento para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais das transações, quando de suas efetivas realizações em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas e do julgamento da Administração. A Companhia e suas controladas revisam tais estimativas e premissas, no mínimo, uma vez ao ano.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Companhia. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Nos últimos três exercícios, a REDE ENERGIA e suas subsidiárias emitiram os seguintes valores mobiliários:

REDE COMPANHIA

4ª Emissão de Debêntures: distribuição pública de 370.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária com garantia fidejussória, em série única, de emissão da Rede Energia S.A. com valor nominal de R\$1,0 mil perfazendo o montante de R\$370,0 milhões. A emissão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 23/10/2009 e a oferta foi registrada na CVM em 22/12/2009, sob o nº CVM/SER/DEB/2009/025. A remuneração das debêntures é de CDI mais 3,40% a.a., e o pagamento é feito semestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em junho/2010 e o último ocorrerá em dezembro/2014.

Os recursos dessa emissão foram utilizados para capital de giro e pagamento de outros empréstimos com custos mais altos e vencimento de curto prazo.

2ª Emissão de Notas Promissórias: em 1º de junho de 2009, sob coordenação do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, a realizou a emissão e distribuição de um total de 32 notas promissórias no valor nominal unitário de R\$10,0 milhões, perfazendo o valor total de R\$ 320,0 milhões. A remuneração desse título é correspondente a variação acumulada de 120% das taxas médias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, calculadas e divulgadas pela CETIP, incidentes sobre o valor nominal unitário de cada nota promissória, a partir da data de emissão até o efetivo pagamento, em parcelas semestrais. As notas promissórias têm prazo de vencimento de 360 dias a contar da data de sua emissão, podendo ser reajustadas a qualquer momento, e foram garantidas por aval da EEVP e Denerge, na qualidade de controladoras da REDE COMPANHIA. A Companhia utilizou estes recursos para pagamento de dívidas com vencimento de curto prazo.

CEMAT

4ª Emissão de Debêntures: em 5/10/2011 em Assembléia Geral Extraordinária, a Controlada deliberou pela distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única no montante de R\$100,0 milhões. A emissão é composta de 1.000 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$100,0 mil. O prazo de vencimento das debêntures é de 6 anos a partir da data de emissão, vencendo-se, portanto em 19/10/2017. O pagamento será em 69 parcelas mensais e sucessivas, no dia 19 de cada mês, sendo as primeiras 68 parcelas no valor correspondente a 1,4492% do valor nominal de cada uma das debêntures, com vencimento da 1ª parcela em 19/2/2012 e a 69ª parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures devida na data do vencimento, ou seja, em 19/10/2017. A remuneração das debêntures é de 100% do CDI mais 3,75% a.a.

3ª Emissão de Debêntures: em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 31/3/2011, a CEMAT deliberou pela distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única no montante de R\$98,0 milhões. A emissão foi composta de 98 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$1,0 milhão. A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 (Oferta Restrita) e foi automaticamente dispensada de registro na CVM (Artigo 6º da referida Instrução). O prazo de vencimento é de 5 anos. O valor nominal de cada uma das debêntures será pago em 54 parcelas mensais e sucessivas. As primeiras 53 parcelas, cada uma no valor correspondente a 1,8518% do valor nominal, têm a primeira parcela devida em 7/11/2011, com seis meses de carência, e a última em 7/3/2016. A 54ª parcela corresponde ao saldo devedor do valor nominal e será devida na data de vencimento das debêntures, ou seja, 7/4/2016.

2ª Emissão de Debêntures: em 22/4/2010 em Assembléia Geral Extraordinária, a CEMAT deliberou pela distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 13 séries totalizando R\$250,0 milhões. A emissão foi composta de 250 debêntures simples com o valor nominal unitário de R\$1,0 milhão. A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 (Oferta Restrita) e foi automaticamente dispensada de registro na CVM (Artigo 6º da referida Instrução). O prazo de vencimento das debêntures é de 4 anos. A primeira série (série CDI) tem carência de pagamento de principal pelos primeiros seis meses e será liquidada a partir de então em 42 prestações mensais.

Os recursos obtidos por meio dessas três emissões foram destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos da controlada.

CELPA

BONDS: em junho/2011 foi emitido papel no mercado externo no montante de US\$250,0 milhões com taxa de 10,5% a.a., com pagamentos dos juros semestrais e o principal com pagamento único em junho/2016. Os *BONDS* são negociados na Irish Stock Exchange (Bolsa de Valores da Irlanda).

Os recursos dessa operação foram utilizados para pagamentos de operações de curto prazo e com custos mais altos.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios de qualquer natureza.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados nos últimos 3 anos por empresas operacionais controladas pela REDE COMPANHIA, portanto, as informações são consolidadas:

| R\$ mil | 2.011 | 2.010 | 2.009 |
|---|------------------|------------------|----------------|
| Programa Luz Para Todos / Universalização | 429.897 | 651.936 | 427.760 |
| Sub-rogação CCC | 15.992 | 31.385 | 42.491 |
| Interligação da Ilha de Marajó | 37.320 | 78.105 | 60.404 |
| Redução de perdas | 147.308 | 89.773 | 32.863 |
| Manutenção e melhorias no sistema | 629.560 | 629.002 | 322.312 |
| Total | 1.260.077 | 1.480.201 | 885.830 |

Os programas atualmente em andamento estão relacionados a seguir:

PROGRAMA LUZ PARA TODOS ("LPT") e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2011, 2010 e 2009 a companhia investiu R\$429,9, R\$651,9 e R\$427,8 milhões respectivamente no LPT e UNIVERSALIZAÇÃO, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estados e Fonte Própria (15% desses investimentos são feitos com caixa próprio das controladas da REDE ENERGIA).

SUB-ROGAÇÃO CCC: em conformidade com a Resolução ANEEL nº 784 de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa ANEEL nº 81 de 9 de março de 2004, a companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis CCC, para subsidiar a implantação de projetos que visam a interligação do sistema e desativação da geração térmica. Com esses recursos, foram investidos R\$16,0, R\$31,4 e R\$42,5 milhões em 2011, 2010 e 2009 respectivamente.

INTERLIGAÇÃO DA ILHA DE MARAJÓ: esse projeto prevê a interligação do Sistema Isolado da Ilha de Marajó ao Sistema Inteligado Nacional, através da extensão da rede elétrica de Tucuruí até o Marajó. Em 2011, 2010 e 2009 a CELPA investiu R\$37,3, 78,1 e 60,4 milhões respectivamente, com recursos provenientes da sub-rogação CCC.

PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas. Em 2011, 2010 e 2009 foram investidos R\$147,3, R\$89,8 e R\$32,9 milhões respectivamente.

MANUTENÇÃO e MELHORIAS NO SISTEMA são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$629,5, R\$629,0 e R\$322,2 milhões em 2011, 2010 e 2009 respectivamente.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos para Programa Luz Para Todos são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estados e Fonte Própria. Os programas de interligação, como o caso da Ilha do Marajó, possui fonte integralmente subsidiada (sub-rogação CCC) e os demais programas, como redução de perdas e manutenção do sistema elétrico, têm como fonte o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bancos privados, BNDES e fonte própria.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em dezembro de 2009, foi assinado “Contrato Condicional de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” entre a Rede Power do Brasil S.A. (“REDE POWER”), T4U Brasil Ltda (“T4U”), Juruena Energia S.A. (“JURUENA”) e REDE ENERGIA, em que, a REDE POWER vendeu à T4U, 100% das ações que detinha da JURUENA, ao preço total de R\$29,5 milhões. Cabe acrescentar que a REDE POWER é uma Companhia holding, controlada pela REDE ENERGIA, e que detinha 100,00% do capital total e votante da Companhia de geração JURUENA, cujos principais ativos operacionais eram a PCH Juína e CGH Aripuana, localizadas nos Municípios de Juína e Aripuanã, Estado do Mato Grosso, com capacidade instalada de 5,1 MW e 0,8 MW, respectivamente.

É intenção da REDE ENERGIA, a venda da companhia de geração TANGARÁ ENERGIA S.A., cujo ativo de geração é a UHE Guaporé, com capacidade instalada de 120 MWh e localizada nos municípios de Vale de São Domingos e Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso. Em 31 de dezembro de 2011, a REDE COMPANHIA detinha diretamente 100% das ações ordinárias e totais da TANGARÁ.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há qualquer aquisição em vista, que influenciará materialmente a capacidade produtiva das subsidiárias da REDE ENERGIA, e tampouco houveram aquisições significativas desde 2009.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Com o crescimento constante do furto de energia, na área de concessão da subsidiária CELPA, seja por irregularidade na medição ou por desvio, a CELPA passou a contar com uma nova ferramenta de combate: a Caixa de Medição Blindada (CMB), que consiste em um quadro de medição com capacidade para atender entre 60 e 100 unidades consumidoras simultaneamente, composto de concreto e folhas metálicas, sensores de quebra de vidro, vibração e abertura de porta. O projeto piloto contou com a instalação de 12 caixas no município de Marituba, área metropolitana de Belém. Posteriormente, o projeto foi expandido para o alimentador AM-03, onde existem 64 caixas instaladas (algumas ainda parcialmente instaladas), dentre as quais podemos destacar uma perda mensal de menos de 1% por CMB. Esse é um produto exclusivamente desenvolvido para o combate às perdas na área de concessão da CELPA.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

As Controladas da REDE ENERGIA, juntas, investiram R\$57,4, R\$52,4 e R\$48,7 milhões em 2011, 2010 e 2009, respectivamente, em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Implantação do Programa Evoluir a partir do primeiro semestre de 2009. Esse Programa tem por objetivo a integração das diversas iniciativas da Companhia e suas controladas, por meio de um único programa

de transformação da gestão e operação. O objetivo é promover mais transparência e agilidade na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento da Companhia, suas Controladas e colaboradores. O Programa é subdividido em sete projetos:

1. CSC – Centro de Serviços Compartilhados, já implementado, que visa a uniformização dos processos contábeis, fiscais e financeiros;
2. EPC – Estruturação do Processo de Cobrança, cujo objetivo é a criação de uma área de cobrança corporativa, responsável pela elaboração de estratégias, implementação de melhorias, definição das políticas, normas e gestão de indicadores;
3. EOE – Estruturação da Operação de Engenharia, que pretende melhorar a eficiência da área operacional, a partir do aprimoramento das estruturas de engenharia e distribuição das controladas pela Companhia;
4. MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, que visa o atendimento às exigências do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, por meio da atualização e manutenção do cadastro técnico, operacional e patrimonial;
5. PRODIST – Procedimentos de Distribuição, que tem por finalidade a adequação dos procedimentos, com o objetivo de atender as determinações da ANEEL;
6. Criação de um novo CALL CENTER, visando o aumento da qualidade do atendimento; e

Implantação do sistema SAP, com o objetivo de modernizar as ferramentas de gestão empresarial.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Desde a implantação do projeto das Caixas de Medição Blindadas (CMB), em julho de 2011 (projeto comentado no Item 10.10(c.i) deste Relatório), a CELPA investiu R\$1,3 milhão até 31 de dezembro de 2011.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



REDE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 61.584.140/0001-49

NIRE nº 35.300.029.780

Companhia Aberta

São Paulo, 20 de abril de 2012.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

(Conforme informações indicadas no anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09).

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informar o lucro líquido do exercício

A REDE ENERGIA S.A. registrou prejuízo líquido de R\$688.035 mil em 2011 e, portanto, não há destinação de resultado.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**
Não aplicável.
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**
Não aplicável.
- 6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

 - a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**
Não aplicável.
 - b. Informar a data dos respectivos pagamentos**
Não aplicável.
- 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

 - a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**
A Companhia registrou os seguintes resultados nos últimos 3 exercícios:
Prejuízo de R\$688.035 mil em 2011;
Prejuízo de R\$368.845 mil em 2010; e
Lucro de R\$8.282 mil em 2009.
 - b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**
Não aplicável.
- 8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

 - a. Identificar o montante destinado à reserva legal**
Não aplicável.
 - b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**
Não aplicável.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Não aplicável.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável.

Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando,

inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.



REDE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 61.584.140/0001-49

NIRE nº 35.300.029.780

Companhia Aberta

São Paulo, 20 de abril de 2012

Aos Srs. Acionistas da **REDE ENERGIA S.A.**

**CANDIDATOS INDICADOS OU APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO OU
ACIONISTAS CONTROLADORES**

(Nos termos dos itens 12.6 a 12.10 do
Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09)

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 30/ABRIL/2012
PRAZO DE MANDATO: ABRIL/2014**

Item 12.6. – Tabela

| NOME | IDADE | PROFISSÃO | CPF | CARGO ELETIVO OCUPADO | INDICAÇÃO CONTROLADOR | OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA |
|--------------------------------|--------------|------------------|----------------|------------------------------|------------------------------|---|
| Jorge Queiroz de Moraes Junior | 67 | Engenheiro Naval | 005.352.658-91 | Presidente | Sim | N/A |
| Alberto José Rodrigues Alves | 68 | Engenheiro | 029.912.508-44 | Conselheiro Administrativo | Sim | N/A |
| Carmem Campos Pereira | 43 | Administradora | 111.333.448-79 | Conselheira Administrativa | Sim | Diretora Presidente |
| Plácido Gonçalves Meirelles | 77 | Industrial | 008.482.718-15 | Conselheiro Administrativo | Sim | N/A |
| José Eduardo Costanzo | 66 | Engenheiro Civil | 312.667.548-49 | Conselheiro Administrativo | Sim | N/A |
| Maurício Aquino Halewicz | 39 | Contador | 694.701.200-78 | Conselheiro Administrativo | Sim | Diretor de Relação com Investidores |
| Octávio Tavares de Oliva Filho | 52 | Engenheiro | 057.619.868-41 | Conselheiro Administrativo | Sim | N/A |
| (a definir) | | | | Conselheiro Administrativo | FI-FGTS | N/A |
| (a definir) | | | | Conselheiro Administrativo | BNDESPAR | N/A |

(*) N/A – Não aplicável

CONSELHO FISCAL
DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 30/ABRIL/2012
PRAZO DE MANDATO: ABRIL/2013

Item 12.6. - Tabela

| NOME | IDADE | PROFISSÃO | CPF | CARGO ELETIVO OCUPADO | INDICAÇÃO CONTROLADOR | OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA |
|--|--------------|----------------------------|----------------|------------------------------|------------------------------|---|
| Carlos Souza Barros de Carvalhosa | 82 | Engenheiro Civil | 003.684.158-72 | Conselheiro Efetivo | Sim | N/A |
| Osmar José Vicchiatti | 70 | Administrador e Economista | 070.546.298-68 | Conselheiro Efetivo | Sim | N/A |
| Annibal Ribeiro do Valle Filho | 60 | Engenheiro Civil | 165.529.386-91 | Conselheiro Efetivo | Sim | N/A |
| Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo | 68 | Engenheiro | 010.320.708-20 | Conselheiro Suplente | Sim | N/A |
| Kleber Cimini Lage | 68 | Engenheiro Eletricista | 002.516.401-59 | Conselheiro Suplente | Sim | N/A |
| Otmar Mário Brull | 77 | Engenheiro | 013.562.408-87 | Conselheiro Suplente | Sim | N/A |

(*) N/A – Não aplicável

COMITÊ DE GESTÃO
OS MEMBROS SERÃO ELEITOS E EMPOSSADOS POR MEIO DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, EM DATA A SER DEFINIDA APÓS A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLIA GERAL ORDINÁRIA
PRAZO DE MANDATO: 02 (DOIS) ANOS

| NOME | IDADE | PROFISSÃO | CPF | CARGO ELETIVO OCUPADO | INDICAÇÃO CONTROLADOR | OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA |
|--------------------------------|--------------|------------------|----------------|------------------------------|------------------------------|---|
| Jorge Queiroz de Moraes Junior | 67 | Engenheiro Naval | 005.352.658-91 | Coordenador do Comitê | Sim | Conselheiro de Administração |
| Alberto José Rodrigues Alves | 68 | Engenheiro | 029.912.508-44 | Secretário do Comitê | Sim | Conselheiro de Administração |
| (a definir) | | | | | | |
| (a definir) | | | | | | |

Item 12.8. (a) (i) e (ii) CURRÍCULOS DOS ADMINISTRADORES

a. CURRÍCULOS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Jorge Queiroz de Moraes Junior

Data de Nascimento: 16 de janeiro de 1945

Formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da USP

Administração de Empresas Nível Pós Graduação e de Mestrado

Doutorado (PHD) Michigan State – University – USA – Especialização em Finanças e Contabilidade

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 1995. É presidente do conselho de administração de várias empresas, incluindo as empresas de geração de energia elétrica da Rede Energia e também o presidente do Conselho de Curadores da Fundação Aquarela bem como Membro Efetivo Presidente da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Presidente do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A. (Cia Aberta), Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Cia Aberta (“Em recuperação Judicial”)), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT (Cia Aberta), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Tangará Energia S.A., QMRA Participações S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Couto Magalhães Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), Rede Eletricidade e Serviços S.A., e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Tangará Energia S.A.

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, Caiuá Distribuição de Energia S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Denerge Desenvolvimento Energético S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, JQMJ – Participações S.A., Companhia Técnica de Comercialização de Energia, nova denominação social de Rede Comercializadora de Energia S.A., Rede Couto Magalhães Energia S.A., Rede Participações S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A., Rede Peixe Energia S.A., Rede Power do Brasil S.A.

Sócio Administrador: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda. e Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

Alberto José Rodrigues Alves

Data de Nascimento: 10 de novembro de 1943

Engenheiro Eletricista com especialização em Eletrônica – Escola de Engenharia Mauá

Pós Graduação em Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas

Mestrado em Finanças e Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho de Administração desde abril de 1995. Foi Diretor Financeiro da Batia Exportação e Importação S.A – 1987/1988. Diretor Técnico e Sócio da Tacan Eletrônica Ltda – 1975/1986. Gerente do Departamento Técnico da Empresa Elétrica Bragantina S.A – 1971/1974. Gerente Técnico da Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – 1968/1971.

Vice-presidente do Conselho de Administração: da Tangará Energia S.A.

Membro do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA, Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT, Fundação Aquarela, QMRA Participações S.A., Couto Magalhães Energia S.A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A., JQMJ – Participações S.A. e Denerge Desenvolvimento Energético S.A.

Sócio Administrador: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda. e Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

Carmem Campos Pereira

Nascida em 26 de Junho de 1968, a Sra. Carmem é formada em Direito pela Faculdade Metropolitanas Unidas (1995), Administração de Empresas Graduada pela Universidade São



Judas Tadeu (1989) e MBA Finanças pela USP. De 1998 a 2005, exerceu as funções de Diretora e, desde 2007, é Diretora Presidente da REDE ENERGIA S.A., e das Companhias Abertas: Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT. Na Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL assumiu a Presidência a partir de 11/09/2008, com as funções de direção e administração geral dos negócios; e ainda, Diretora Presidente da Caiuá – Distribuição de Energia S.A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Tangará Energia S.A., Companhia Técnica de Comercialização de Energia, nova denominação social de Rede Comercializadora de Energia S.A., Rede Eletricidade e Serviços S.A. e Diretora Financeira e Administrativa da Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A., todas controladas direta ou indiretamente pela REDE ENERGIA S.A. Também é Diretora Presidente da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e Diretora Vice-presidente da Denerge – Desenvolvimento Energético S.A., controladoras da REDE ENERGIA S.A. e Diretora Financeira da Fundação Aquarela.

Plácido Gonçalves Meirelles

Data de Nascimento: 25 de dezembro de 1934

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: É membro do Conselho de Administração desde abril de 2000. É sócio Gerente da Trois Elles Modas e Confecções. Atuou como membro do Conselho de Curadores da REDEPREV e como diretor da Termocerâmica São Martinho.

Diretor das empresas: Empresa Elétrica Bragantina S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica e Denerge - Desenvolvimento Energético S.A.

Integrante do Conselho de Administração das empresas: Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, QMRA Participações S.A. e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL.

José Eduardo Costanzo

Data de Nascimento: 25 de novembro de 1945

Formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo – SP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro da diretoria desde março de 2004. Foi responsável pela coordenação da implantação das usinas de Rosal, Guaporé e Lajeado e apoio de engenharia à implantação da UHE Peixe Angical (452 MW). Foi diretor de Engenharia e Construção da CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo e Diretor de Construção da Badra S.A.

Diretor das empresas: Couto Magalhães Energia S.A, Tangará Energia S.A., Rede Power do Brasil S.A e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.

Integrante do Conselho de Administração da empresa: Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

Maurício Aquino Halewicz

Data de Nascimento: 27 de março de 1973.

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Master Business Administration em Finanças Empresariais pela Fundação Getúlio Vargas, Pós-graduação em Engenharia Econômica pela Universidade Mackenzie, Programa de Desenvolvimento de Liderança pela Fundação DonCabral e MBA Executivo pela Brazilian Business School (em curso)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: No período de março/2005, a dezembro de 2010, foi Diretor e Superintendente Corporativo de Controladoria da REDE ENERGIA S.A, com as funções de gerenciamento da área de Controladoria do Grupo. Também é Membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Fibria S.A. desde 2009, foi Membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Aracruz Celulose S.A. e Membro do Conselho Deliberativo da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência. Em 2010, foi eleito Diretor de Relação com Investidores da REDE ENERGIA S.A, com funções de orientação do



relacionamento e comunicação da sociedade, investidores e órgãos reguladores do mercado de capitais.

Octávio Tavares de Oliva Filho

Data de Nascimento: 31 de Dezembro de 1959

Formado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual Paulista-UNESP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: DENERGE – 1985/1991, nas empresas Batia Exp. E Import. S/A – Vice Presidente, Agro Pastoral Lageado S/A – Diretor e Agro Comercial Lageado Ltda – Diretor Metal Yanes – S/A – 1992/1994 – Diretor Corporativo; Yanes Minas Ind. e Com. Ltda – 1994/2000 – Diretor Geral ; Kidde Brasil Ltda – 2000/2005 – Diretor Corporativo; EcoSafety Equipamentos de Segurança Ltda – Sócio Gerente; FIESP – 2002/2004 – Conselheiro ; CIESP – a partir de 2004 – Conselheiro; ABNT – 2002/2004 – Membro do Conselho Deliberativo

Integrante do Conselho de Administração das Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Cia. Aberta (“Em Recuperação Judicial”) e da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia. Aberta).

CONSELHO FISCAL – MEMBROS EFETIVOS

Carlos Souza Barros de Carvalhosa

Nascido em 05 de dezembro de 1929, o Sr. Carvalhosa é Engenheiro Civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1948/1952). De 2005 a setembro/2008, o Sr. Carvalhosa atuava como Diretor de Investimentos Incentivados da Investco S.A (Companhia Aberta). Desde abril de 2006, é membro efetivo do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA e da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT, companhias abertas, e, ainda, membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, todas controladas pela Rede Energia S.A.

Osmar José Vicchiatti

Nascido em 13 de novembro de 1941, o Sr. Vicchiatti é formado em Administração de Empresas e Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo. Desde 2006, é Membro efetivo do Conselho Fiscal da REDE ENERGIA S.A. Também é membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., controladora da REDE ENERGIA S.A. e membro suplente dos Conselhos Fiscais de Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT, controladas pela REDE ENERGIA S.A. e membro do conselho deliberativo da REDEPREV - Fundação Rede de Previdência. Foi Diretor e Membro do Conselho de Administração de outras empresas controladas da Rede Energia S.A no período de 1980 a 2006.

Annibal Ribeiro do Valle Filho

Nascido em 30 de abril de 1951, o Sr. Annibal é formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e especialização em administração pela Fundação Getúlio Vargas (1981). Desde 1996, é Sócio-Gerente da empresa Planorc Serviços de Engenharia S/S Ltda. Desde 2005, é Membro efetivo do Conselho Fiscal da REDE ENERGIA S.A., bem como membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., controladora da REDE ENERGIA S.A. e membro suplente dos Conselhos Fiscais de Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT e da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, controladas pela REDE ENERGIA S.A.

MEMBROS SUPLENTE

Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo

Nascido em 08 de outubro de 1942, o Sr Quartim é Engenheiro formado pela Escola de Engenharia de Mauá (1966) e Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (1972). De 1995 a 2000, foi Assessor da Rede Energia. Desde 2000, compôs os conselhos de administração de controladas da Rede Energia, sendo que, desde 2009, é membro Efetivo do Conselho Fiscal da REDE ENERGIA S.A. e ainda, membro suplente do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA e Conselheiro Curador da Fundação Aquarela.

Kleber Cimini Lage

Nascido em 06 de agosto de 1943, o Sr. Kleber é Engenheiro Eletricista formado pela Universidade Federal de Goiás. Foi Diretor de Planejamento da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS no período de 1991 a 1995, Coordenador de Estudos de Viabilidade da CELTINS no período de 1995 a 1998 e Diretor da Investco S.A (Companhia Aberta) de 1998 a 2003. Assessor da Rede Energia de 2003 a março/2006. Desde abril/2006, é Membro suplente do Conselho Fiscal da REDE ENERGIA S.A, bem assim, membro efetivo dos Conselhos Fiscais da Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, controladas pela REDE ENERGIA S.A.

Otmar Mário Brull

Nascido em 04 de maio de 1934, o Sr. Mário é membro do Conselho Fiscal desde abril de 2008. Formado em engenharia civil e elétrica pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Resposta: Não há condenação desta natureza imputada aos membros indicados para o Conselho de Administração e nem aos membros do Conselho Fiscal.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Resposta: Não há condenação desta natureza imputada aos membros indicados para o Conselho de Administração e nem aos membros do Conselho Fiscal.

- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Resposta: Não há condenação desta natureza imputada aos membros indicados para o Conselho de Administração e nem aos membros do Conselho Fiscal.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a) administradores do emissor

Resposta: Não aplicável para os membros indicados como Conselheiros Administrativos da Emissora e Conselheiros Fiscais da Emissora.

- b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Resposta: Não aplicável para os membros indicados como Conselheiros Administrativos da Emissora e Conselheiros Fiscais da Emissora.

- c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Resposta: Não aplicável para os membros indicados como Conselheiros Administrativos da Emissora e Conselheiros Fiscais da Emissora.

- d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Resposta: Não aplicável para os membros indicados como Conselheiros Administrativos da Emissora e Conselheiros Fiscais da Emissora.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor
- b. controlador direto ou indireto do emissor

Respostas aos itens “a” e “b”:

I - Parte dos integrantes do conselho de administração são administradores de empresas controladas ou controladores da REDE ENERGIA S.A, conforme segue:

Jorge Queiroz de Moraes Junior – É acionista controlador e administrador da JQMJ Participações S.A e da BBPM Participações S.A, as quais controlam a DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A, controladora da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, que é a controladora direta da REDE ENERGIA S.A., das quais também é administrador.

É administrador de empresas controladas pela REDE ENERGIA S.A, tais como: Caiuá – Distribuição de Energia S.A (Diretor), Empresa Elétrica Bragantina S.A (Conselheiro Administrativo e Diretor), Companhia Nacional de Energia Elétrica (Conselheiro Administrativo e Diretor), QMRA – Participações S.A (Conselheiro Administrativo), Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta (“Em recuperação Judicial”)) (Conselheiro Administrativo), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS (Conselheiro Administrativo), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta) (Conselheiro Administrativo), Companhia Força e Luz do Oeste (Conselheiro Administrativo e Diretor), Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL (Conselheiro Administrativo e Diretor), Rede Power do Brasil S.A (Diretor), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A (Diretor), Companhia Técnica de Comercialização de Energia, nova denominação social de Rede Comercializadora de Energia S.A (Diretor), Rede Eletricidade e Serviços S.A (Conselheiro Administrativo e Diretor), Tangará Energia S.A (Conselheiro Administrativo e Diretor), e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A (Conselheiro Administrativo).

Alberto José Rodrigues Alves - É Diretor da JQMJ Participações S.A e da BBPM Participações S.A, as quais controlam a DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A, controladora da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, da qual é acionista minoritário, controladora direta da REDE ENERGIA S.A. das quais também é administrador.

É administrador de empresas controladas pela REDE ENERGIA S.A, tais como: QMRA – Participações S.A (Conselheiro Administrativo), Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta (“Em recuperação judicial”)) (Conselheiro Administrativo), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS (Conselheiro Administrativo), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta) (Conselheiro Administrativo), Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL (Conselheiro Administrativo), Tangará Energia S.A (Conselheiro Administrativo), e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A. (Conselheiro de Administração e Acionista).

Carmem Campos Pereira – É acionista e administradora da JQMJ Participações S.A e da BBPM Participações S.A, as quais controlam a DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A, controladora da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, que é a controladora direta da REDE ENERGIA S.A., das quais também é administradora.

É Diretora Presidente de empresas controladas pela REDE ENERGIA S.A, tais como: Caiuá – Distribuição de Energia S.A, Empresa Elétrica Bragantina S.A, Companhia Nacional de Energia Elétrica, QMRA – Participações S.A, Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta (“Em recuperação Judicial”)), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta), Companhia Força e Luz do Oeste, Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL (Cia Aberta), Rede Power do Brasil S.A, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A, Companhia Técnica de Comercialização de Energia S.A (atual denominação de Rede Comercializadora de Energia S.A), Rede Eletricidade e Serviços S.A, Tangará Energia S.A, e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.

Plácido Gonçalves Meirelles - É acionista minoritário da BBPM Participações S.A, a qual controla a DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A, da qual também é acionista minoritário, controladora da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, da qual é acionista minoritário, que é a controladora direta da REDE ENERGIA S.A. das quais também é administrador.

É administrador de empresas controladas pela REDE ENERGIA S.A, tais como: Empresa Elétrica Bragantina S.A (Diretor), Companhia Nacional de Energia Elétrica (Diretor), QMRA – Participações S.A (Conselheiro Administrativo), e Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL (Conselheiro Administrativo (Cia Aberta)).

José Eduardo Costanzo - É membro do Conselho de Administração da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, controladora direta da REDE ENERGIA S.A.

É administrador de empresas controladas pela REDE ENERGIA S.A, tais como: Rede Power do Brasil S.A (Diretor), Tangará Energia S.A (Diretor), e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.(Diretor).

Parte dos membros do conselho fiscal são membros do conselho fiscal de empresas controladas da REDE ENERGIA S.A, conforme segue:

Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo – É membro suplente do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta), controlada pela QMRA – Participações S.A e REDE ENERGIA S.A; e membro efetivo do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta), controlada pela REDE ENERGIA S.A.

Carlos Souza Barros de Carvalhosa - É membro efetivo dos Conselhos Fiscais da Centrais Elétricas do Pará S.A - CELPA (Cia Aberta), controlada pela QMRA – Participações S.A e REDE ENERGIA S.A; Centrais Elétricas Matogrossenses S.A - CEMAT (Cia Aberta), e da Companhia de Energia



Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, ambas controladas pela REDE ENERGIA S.A. É, ainda, membro suplente do Conselho Fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, controladora da REDE ENERGIA S.A.

Osmar José Vicchiatti - É membro suplente dos conselhos fiscais de Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta) e da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta), e membro efetivo do conselho fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, controladora da REDE ENERGIA S.A.

Annibal Ribeiro do Valle Filho - É membro suplente dos Conselhos Fiscais de Centrais Elétricas do Pará S.A - CELPA (Cia Aberta), controlada pela QMRA – Participações S.A e REDE ENERGIA S.A; Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT e da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, ambas controladas pela REDE ENERGIA S.A, e ainda, membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., controladora da REDE ENERGIA S.A.

Kleber Cimini Lage - É membro efetivo dos conselhos fiscais da Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA (Cia Aberta), controlada pela QMRA Participações S.A e REDE ENERGIA S.A, da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta), da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, todas controladas pela REDE ENERGIA S.A

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Resposta: Não aplicável para os membros indicados como Conselheiros Administrativos da Emissora e Conselheiros Fiscais da Emissora.



REDE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 61.584.140/0001-49

NIRE nº 35.300.029.780

Companhia Aberta

São Paulo, 20 de abril de 2012

Aos Srs. Acionistas da **REDE ENERGIA S.A.**

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme informações do item 13 do
Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09)
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

Resposta: A prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, adotada pela Companhia, objetiva atrair e reter profissionais qualificados e com experiência na área de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como, incentivar o cumprimento dos objetivos e metas, proporcionando um alinhamento com os interesses da Companhia.

Leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Para o exercício de 2012, a Companhia propõe o montante global de até R\$ 5.440.000,00 para remuneração dos administradores da Companhia, a ser segregado da seguinte forma:

- (i) De até R\$ 2.000.000,00 para o Conselho de Administração e Comitê de Gestão, sendo R\$ 1.600.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$ 400.000,00 referentes aos encargos.
- (ii) De até R\$ 3.200.000,00 para a Diretoria Executiva, sendo R\$ 1.800.000,00 correspondente à remuneração fixa, R\$ 700.000,00, correspondente à remuneração

variável, R\$ 200.000,00 referente à benefícios e o valor de R\$ 500.000,00 referentes aos encargos.

(iv) De até R\$ 240.000,00 para o Conselho Fiscal, sendo R\$ 190.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$ 50.000,00 referentes aos encargos, observado o disposto no artigo 162, Parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Resposta: A Companhia adota um modelo de remuneração composto por: (i) remuneração fixa, composta por honorários mensais aplicáveis à Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; (ii) remuneração variável, que é o honorário calculado de acordo com os indicadores de performance individual e da Companhia aplicável aos Diretores Executivos (Estatutários), e, (iii) benefícios, com os quais a Companhia procura atrair e reter os melhores talentos e retribuir a competência de seus administradores, também aplicáveis aos Diretores Executivos (Estatutários). Vide item 13.1 (a).

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Resposta:

Conselho de Administração e Comitê de Gestão: 36,76% da Remuneração Total, sendo: (i) 29,41% remuneração fixa; e, (ii) 7,35% Encargos.

Diretoria: 58,82% da Remuneração Total, sendo: (i) honorários: 33,09%; (ii) remuneração variável: 12,87%; (iii) Benefícios: 3,68%; e, (iv) Encargos: 9,19%.

Conselho Fiscal: 4,41% da Remuneração Total, sendo: (i) 3,49% remuneração fixa; e, (ii) 0,92% Encargos.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Resposta: Os membros do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais. Para o Conselho Fiscal, informamos que os conselheiros suplentes não recebem honorários, a não ser na hipótese de substituírem o conselheiro titular a que estão vinculados. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão e do Conselho Fiscal é feito com base em práticas de mercado.

A proposta de remuneração para a Diretoria Estatutária e seu reajuste baseia-se em práticas de mercado.

A Companhia verifica as práticas de mercado comparando seus indicadores operacionais e desempenho econômico de suas controladas com os números de empresas de mesmo porte e setor, levando em consideração as diferenças regionais do país.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Resposta: A remuneração da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e esta baseada nas práticas de mercado e nos valores pagos para profissionais que exercem funções e cargos equivalentes, visando a retenção dos melhores profissionais.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Resposta: A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão e do Conselho Fiscal da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é definida com base em metas alinhadas com o plano estratégico da Companhia e performance do negócio. A mensuração está ligada ao resultado econômico da Companhia, como evolução do EBITDA, desempenho operacional de suas controladas, apurados nos exercícios sociais, indicadores de qualidade de serviço das controladas, tais como, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor), FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) e redução de perdas comerciais e satisfação dos clientes, Acionistas e colaboradores.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Resposta: Os honorários do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são revisados anualmente conforme práticas de mercado e definidos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Apenas a remuneração variável dos Diretores Estatutários é baseada em metas quantitativas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia. A avaliação é feita por meio do resultado econômico e leva em conta o índice de evolução e satisfação dos indicadores de qualidade descritos no item “c”.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Resposta: A prática de remuneração dos diretores estatutários está alinhada aos interesses da Companhia e por estar atrelada aos indicadores de desempenho, satisfação dos clientes, imagem da Companhia e responsabilidade social agregam valor econômico e consolidam a gestão da Companhia. .

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Resposta: Com o objetivo de manter o alinhamento das diretrizes de governança corporativa e estratégias, os Diretores da Companhia exercem cargos estatutários nas sociedades por ela controladas e são remunerados por tais atribuições.

Os Executivos recebem das controladas da Companhia uma remuneração fixa e variável, conforme informado na tabela constante do item 13.15.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Resposta: Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

| Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$ mil) | | | | |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------|
| a. Órgão | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| b. Número de Membros | 9 | 6 | 5 | 20 |
| c.i. Remuneração fixa anual | 790.000,00 | - | 72.000,00 | 862.000,00 |
| Salário ou Pró-labore | 790.000,00 | - | 72.000,00 | 862.000,00 |
| Benefícios diretos e indiretos | - | - | - | - |
| Remuneração por participação em comitês | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| c.ii. Remuneração variável | - | - | - | - |
| Bônus | - | - | - | - |
| Participação nos resultados | - | - | - | - |
| Remuneração por participação em reuniões | - | - | - | - |
| Comissões | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| c.iii. Benefícios pós-emprego | - | - | - | - |
| c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | - | - | - | - |
| c.v. Remuneração baseada em ações | - | - | - | - |
| d. Valor da remuneração por cada Órgão | - | - | - | - |
| e. Total da remuneração dos Órgãos | 790.000,00 | - | 72.000,00 | 862.000,00 |

| Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$ mil) | | | | |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| a. Órgão | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| b. Número de Membros | 9 | 8 | 5 | 22 |
| c.i. Remuneração fixa anual | 891.000,00 | 580.000,00 | 120.000,00 | 1.591.000,00 |
| Salário ou Pró-labore | 891.000,00 | 480.000,00 | 120.000,00 | 1.491.000,00 |
| Benefícios diretos e indiretos | - | 100.000,00 | - | 100.000,00 |
| Remuneração por participação em comitês | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| c.ii. Remuneração variável | - | 175.000,00 | - | 175.000,00 |
| Bônus | - | 175.000,00 | - | 175.000,00 |
| Participação nos resultados | - | - | - | - |
| Remuneração por participação em reuniões | - | - | - | - |
| Comissões | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| c.iii. Benefícios pós-emprego | - | - | - | - |
| c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | - | - | - | - |
| c.v. Remuneração baseada em ações | - | - | - | - |
| d. Valor da remuneração por cada Órgão | - | - | - | - |
| e. Total da remuneração dos Órgãos | 891.000,00 | 755.000,00 | 120.000,00 | 1.766.000,00 |

| Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2011 (R\$ mil) | | | | |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| a. Órgão | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| b. Número de Membros | 9 | 8 | 5 | 22 |
| c.i. Remuneração fixa anual | 966.333,33 | 788.033,33 | 168.000,00 | 1.922.366,66 |
| Salário ou Pró-labore | 966.333,33 | 788.033,33 | 168.000,00 | 1.922.366,66 |
| Benefícios diretos e indiretos | - | - | - | 0,00 |
| Remuneração por participação em comitês | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| c.ii. Remuneração variável | - | 488.824,99 | - | 488.824,99 |
| Bônus | - | 488.824,99 | - | 488.824,99 |
| Participação nos resultados | - | - | - | - |
| Remuneração por participação em reuniões | - | - | - | - |
| Comissões | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| c.iii. Benefícios pós-emprego | - | - | - | - |
| c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | - | - | - | - |
| c.v. Remuneração baseada em ações | - | - | - | - |
| d. Valor da remuneração por cada Órgão | - | - | - | - |
| e. Total da remuneração dos Órgãos | 966.333,33 | 1.276.858,32 | 168.000,00 | 2.411.191,65 |

(*) A remuneração prevista para o exercício de 2011, não foi integralmente realizada pois o administrador Joaquim Dias de Castro abriu mão da sua remuneração e os administradores Valdir Jonas Wolf, Alexei Macorin Vivan e José Antonio Sorge foram remunerados nas companhias controladas.

| Remuneração prevista para o Exercício de 2012 (R\$ mil) | | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| a. Órgão | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| b. Número de Membros | 9 | 8 | 5 | 22 |
| c.i. Remuneração fixa anual | 1.600.000,00 | 2.000.000,00 | 190.000,00 | 3.790.000,00 |
| Salário ou Pró-labore | 1.600.000,00 | 1.800.000,00 | 190.000,00 | 3.590.000,00 |
| Benefícios diretos e indiretos | - | 200.000,00 | - | 200.000,00 |
| Remuneração por participação em comitês | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| c.ii. Remuneração variável | - | 700.000,00 | - | 700.000,00 |
| Bônus | - | 700.000,00 | - | 700.000,00 |
| Participação nos resultados | - | - | - | - |
| Remuneração por participação em reuniões | - | - | - | - |
| Comissões | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - |
| c.iii. Benefícios pós-emprego | - | - | - | - |
| c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | - | - | - | - |
| c.v. Remuneração baseada em ações | - | - | - | - |
| d. Valor da remuneração por cada Órgão | - | - | - | - |
| e. Total da remuneração dos Órgãos | 1.600.000,00 | 2.700.000,00 | 190.000,00 | 4.490.000,00 |

(**) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia não possuem remuneração variável. A Diretoria Estatutária da Rede Energia não recebeu nenhuma remuneração durante o exercício de 2009, razão a qual não há quadro, abaixo, para esse ano. A seguir tabela indicando a remuneração variável reconhecida no resultado dos exercícios de 2010 e 2011 e a proposta para o exercício de 2012. Os Diretores Estatutários da Rede receberam remuneração por empresas controladas conforme informado no item 13.15.

| Remuneração Variável reconhecida no resultado do Exercício de 2010 (R\$ mil) | | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------|
| a. Órgão | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| b. Número de Membros | 9 | 8 | 5 | 22 |
| c.. em relação ao Bônus | - | 175.000,00 | - | 175.000,00 |
| (i) valor mínimo no plano de remuneração | - | - | - | - |
| (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| (iii) valor previsto no plano caso as metas estabelecidas sejam atendidas | - | - | - | - |
| (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | - | 175.000,00 | - | 175.000,00 |
| d. em relação à participação no resultado | - | - | - | - |
| (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | - | - | - | - |
| (iv) valor efetivamente reconhecido nos três últimos exercícios sociais. | - | - | - | - |

| Remuneração Variável reconhecida no Resultado do Exercício de 2011 (R\$ mil) | | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------|
| a. Órgão | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| b. Número de Membros | 8 | 8 | 5 | 22 |
| c.. em relação ao Bônus | - | 488.824,99 | - | 488.824,99 |
| (i) valor mínimo no plano de remuneração | - | - | - | - |
| (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| (iii) valor previsto no plano caso as metas estabelecidas sejam atendidas | - | - | - | - |
| (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | - | - | - | - |
| d. em relação à participação no resultado | - | - | - | - |
| (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | - | - | - | - |
| (iv) valor efetivamente reconhecido nos três últimos exercícios sociais. | - | - | - | - |

| Remuneração Variável prevista para o Exercício de 2012 (R\$ mil) | | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------|
| a. Órgão | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| b. Número de Membros | 9 | 8 | 5 | 22 |
| c.. em relação ao Bônus | - | 700.000,00 | - | 700.000,00 |
| (i) valor mínimo no plano de remuneração | - | - | - | - |
| (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| (iii) valor previsto no plano caso as metas estabelecidas sejam atendidas | - | - | - | - |
| (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | - | - | - | - |
| d. em relação à participação no resultado | - | - | - | - |
| (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração | - | - | - | - |
| (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas | - | - | - | - |
| (iv) valor efetivamente reconhecido nos três últimos exercícios sociais. | - | - | - | - |

(**) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros

do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

| Ações detidas pelos Administradores em 31/12/2011. | | | | | | |
|--|---------------------------|------------|-----------------|-----------|-----------------------|-----------|
| Órgão | Conselho de Administração | | Conselho Fiscal | | Diretoria Estatutária | |
| Companhia | ON | 141.500 | ON | 15 | ON | 4 |
| | PN | 766 | PN | 15 | PN | 0 |
| Controladoras | | | | | | |
| EEVP | ON | 3.663.236 | ON | 0 | ON | 76 |
| | PN | 6 | PN | 0 | PN | 0 |
| DENERGE | ON | 91.855.080 | ON | 0 | ON | 2.026 |
| | PN | 23.412.723 | PN | 0 | PN | 9.971.273 |
| Controladas | | | | | | |
| CELPA | ON | 5 | ON | 0 | ON | 0 |
| | PN | 7 | PN | 0 | PN | 1 |
| CEMAT | ON | 198 | ON | 1.290.896 | ON | 1.916 |
| | PN | 104 | PN | 235.974 | PN | 0 |
| ENERSUL | ON | 7 | ON | 0 | ON | 2 |

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de previdência conferidos aos administradores da Companhia.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Em relação ao Exercício de 2009 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

| Nº Membros | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
|------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 9 | 180.000,00 | 66.000,00 | 87.777,78 |

Diretoria Estatutária

| Nº Membros | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
|------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 6 | - | - | - |

Conselho Fiscal

| Nº Membros | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
|------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 5 | 14.400,00 | 14.400,00 | 14.400,00 |

Em relação ao Exercício de 2010 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

| Nº Membros | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
|------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 9 | 180.000,00 | 80.000,00 | 99.000,00 |

Diretoria Estatutária

| Nº Membros | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
|------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 8 | 250.000,00 | 60.000,00 | 94.375,00 |

Conselho Fiscal

| Nº Membros | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
|------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 5 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 |

Em relação ao Exercício de 2011 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

| Nº Membros | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
|------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 9 | 180.000,00 | 90.000,00 | 107.370,37 |

Diretoria Estatutária

| Nº Membros | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
|------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 8 | 240.000,00 | 30.000,00 | 159.607,29 |

Conselho Fiscal

| Nº Membros | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
|------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 5 | 33.600,00 | 33.600,00 | 33.600,00 |

Em relação à Proposta para o Exercício de 2012 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

| Nº Membros | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
|------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 9 | 180.000,00 | 66.000,00 | 123.000,00 |

Diretoria Estatutária

| Nº Membros | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
|------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 8 | 480.000,00 | 240.000,00 | 360.000,00 |

Conselho Fiscal

| Nº Membros | Valor da Maior Remuneração Individual | Valor da Menor Remuneração Individual | Valor Médio de Remuneração Individual |
|------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 5 | 36.000,00 | 36.000,00 | 36.000,00 |

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Resposta: Não aplicável.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

| Exercício de 2009 (R\$ mil) | | | |
|---------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|
| Órgão | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
| Percentual da Remuneração Total | 17,85% | - | 42,24% |

| Exercício de 2010 (R\$ mil) | | | |
|---------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|
| Órgão | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
| Percentual da Remuneração Total | 15,86% | 19,89% | 41,23% |

| Exercício de 2011 (R\$ mil) | | | |
|---------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|
| Órgão | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
| Percentual da Remuneração Total | 14,90% | 20,17% | 42,86% |

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Resposta: Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Resposta:

| Remuneração reconhecida no resultado de controladores comum do exercício de 2009 (R\$) | | | | |
|--|--|--|--|--|
|--|--|--|--|--|

| Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| Remuneração Global | 108.000,00 | 1.895.000,00 | - | 2.003.000,00 |

| Centrais Elétricas do Pará S.A.- Celpa | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| Remuneração Global | 144.000,00 | 878.793,00 | 51.000,00 | 1.073.793,00 |

| Centrais Elétricas Matogrossenes S.A. – CEMAT | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| Remuneração Global | 420.000,00 | 961.000,00 | 12.520,00 | 1.393.520,00 |

| Remuneração reconhecida no resultado de controladores comum do exercício de 2010 (R\$) | | | | |
|--|--|--|--|--|
|--|--|--|--|--|

| Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------|
| Remuneração Global | 108.000,00 | 480.000,00 | - | 588.000,00 |

| Centrais Elétricas do Pará S.A.- Celpa | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------|
| Remuneração Global | 190.000,00 | 240.000,00 | 32.600,00 | 462.600,00 |

| Centrais Elétricas Matogrossenes S.A. – CEMAT | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------|
| Remuneração Global | 252.000,00 | 160.000,00 | 48.000,00 | 460.000,00 |

Remuneração reconhecida no resultado de controladores comum do exercício de 2011 (R\$)

| Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|----------------------------------|------------------------------|------------------------|--------------|
| Remuneração Global | 108.000,00 | 1.140.000,00 | - | 1.248.000,00 |

| Centrais Elétricas do Pará S.A.- Celpa | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|----------------------------------|------------------------------|------------------------|--------------|
| Remuneração Global | 168.000,00 | 1.129.166,66 | 72.000,00 | 1.369.166,66 |

| Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|----------------------------------|------------------------------|------------------------|--------------|
| Remuneração Global | 252.000,00 | 730.000,00 | 42.200,00 | 1.024.200,00 |

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Resposta: Não aplicável